



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

CALINE MENDES DE ARAÚJO

**DO BURACO DA JIA À ROSA MÍSTICA: análise do processo de urbanização e
ressignificação de uma comunidade da cidade de Campina Grande-PB.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2011**

CALINE MENDES DE ARAÚJO

**DO BURACO DA JIA À ROSA MÍSTICA: análise do processo de urbanização e
ressignificação de uma comunidade da cidade de Campina Grande-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do Grau de Licenciada
em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Arthur Tavares Valverde

CAMPINA GRANDE - PB
2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

A663b

Araújo, Caline Mendes de.

Do Buraco da Jia à Rosa Mística [manuscrito]: análise do processo de urbanização e ressignificação de uma comunidade da cidade de Campina Grande-PB./ Caline Mendes de Araújo. – 2011.

87 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Arthur Tavares Valverde, Departamento de Geografia”.

1. Comunidade - Rosa Mística 2. Urbanização 3. Revalorização I. Título.

21. ed. CDD 307.76

CALINE MENDES DE ARAÚJO

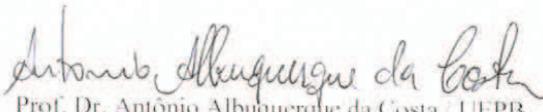
**DO BURACO DA JIA À ROSA MÍSTICA: análise do processo de urbanização e
ressignificação de uma comunidade da cidade de Campina Grande-PB.**

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do Grau de Licenciado
em Geografia.

Aprovada em 02/12/2011.

Nota *10* (*DEZ*)


Prof. Ms. Arthur Tavares Valverde / UEPB
Orientador


Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa / UEPB
Examinador


Prof. Ms. Luiz Arthur Pereira Saraiva
Examinador

DEDICATÓRIA

A Deus, por se fazer presente constantemente na minha vida, me possibilitando conquistas indescritíveis.

Aos meus pais, Severino Marcolino de Araújo e Cleonilde Mendes de Araújo, pela dedicação e pelas lições de amor, humildade, honestidade e responsabilidade.

Aos meus irmãos: José Carlos de Araújo, Camila Mendes de Araújo, João Victor Mendes de Araújo e Joel Feliciano de Araújo (*in memoriam*) por todos os momentos bons e difíceis que passamos até hoje.

À minha família e aos meus verdadeiros amigos que seguraram minha mão na caminhada, tornando-a mais feliz.

E à minha avó, Severina Mendes de Melo (*in memoriam*), que me deu valiosas lições de fé e sabedoria.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fonte de inspiração e sabedoria, sem o qual minha luta (e vitória!) não teria sido possível. A Ele que me possibilitou (mesmo como todos os obstáculos) chegar com honestidade, ao fim dessa fase, sem dúvida um das mais importantes da minha vida.

Ao meu pai, que acompanhou com bastante entusiasmo e admiração a minha vida escolar e acadêmica, mostrando-se como um dos meus principais “torcedores”, me ensinando que o esforço e a coragem valem a pena.

À minha mãe que, com toda paciência e dedicação, ajudou-me a caminhar em direções às minhas metas, me ensinando importantes lições de amor, dedicação e coragem.

À minha família (irmãos, irmã, sobrinhos, primos/primas, tios/tias), pois só nós sabemos como somos importantes uns para os outros. A alegria, o ânimo, a força que encontrei em muitos de vocês durante minha vida são de estima incalculável.

Aos meus verdadeiros amigos, com os quais tenho a honra de estar no mais diversos momentos e com os quais posso contar nas mais variadas circunstâncias. Sem eles o processo seria bem mais difícil.

Aos meus colegas da turma 2007.2-noite (todos, mas, principalmente aqueles que chegaram ao fim da jornada), pois foram vocês que viram mais de perto essa caminhada: nossas aulas, trabalhos de campo, confraternizações, discussões, conversas, risadas, choros e outras grandes experiências jamais sairão da minha memória e coração. E aos demais colegas (de outras turmas, turnos e cursos), com os quais adorei conviver.

Ao professor e orientador, Arthur Tavares Valverde, uma das pessoas mais sóbrias, generosas e comprometidas com o que faz que conheci, e que desde a fase embrionária desta ideia esteve presente, me deu apoio, acreditando na pesquisa e “apostando” em mim. E que me ajudou bastante, como amigo, através das conversas, conselhos, sugestões, momentos de descontração e ajudas inestimáveis.

Aos professores e ex-professores do curso de Geografia e de outros cursos, que marcaram, de alguma forma, minha permanência na universidade: Lincoln da Silva Diniz, Margarida Magalhães, Alexandre Ramos, Francisco E. Porto, Ana Cláudia Soares, M^a das Graças Ouriques, Antônio Albuquerque, Nazito Costa, Marília Quirino, Ozéas Jordão,

Kátia Passos, Daniel Campos, Marlene Macário, Aldo Gomes e Kelly Faustino, pela ajuda, ensinamentos e, sobretudo, pela amizade dedicada.

A todos os moradores e moradoras (dentre eles os comerciantes) da comunidade da Rosa Mística, que me auxiliaram demasiadamente, prestando as mais valiosas informações a esta pesquisa e sem os quais a mesma não teria sido possível. Com eles aprendi coisas que vão além de conceitos e teorias acadêmicas, aprendi também valores para a vida.

Aos servidores dos órgãos/instituições públicas (Defesa Civil de Campina Grande, Unidade Básica de Saúde da Família/Rosa Mística, Escolas Municipais, Sociedade Amigos de Bairro da Conceição, Base Comunitária Norte, entre outros), que com total cordialidade me forneceram seu precioso tempo e as informações solicitadas.

A Ruitter Sansão Nazareno pela compreensão, incentivo e amizade que me foram dedicados durante os últimos dois anos.

E por fim, agradeço ao professor Antônio Albuquerque e ao amigo Luiz Arthur Pereira Saraiva, por terem aceitado o convite para participar da banca examinadora desse estudo e por contribuir de forma séria e comprometida para a melhoria da minha pesquisa.

As cidades são como estrelas; é preciso amá-las para entendê-las.
(Flávio Villaça)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as principais modificações ocorridas na comunidade da Rosa Mística, desde sua origem, na década de 1950, até os dias atuais. Esta comunidade localizada entre três bairros da Zona Norte da cidade de Campina Grande-PB surgiu, como uma área precária e sem infraestrutura alguma, sendo considerada, pela gestão municipal, como uma das favelas da cidade. A partir da década de 1980, a Rosa Mística, ou “Buraco da Jia” como era então conhecida, passou por alguns processos, dentre eles o de urbanização, que alavancaram a valorização daquele espaço do ponto de vista físico, social e simbólico. Sua ressignificação, bem como seus limites e possibilidades constituem um processo que tem envolvido Estado e comunidade em um espaço ainda muito estigmatizado que, no entanto, luta para que seja percebido como um espaço múltiplo e singular. A respeito dos procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas com moradores e lideranças comunitárias, levantamento bibliográfico e levantamento de dados em órgãos e instituições públicas (PSF’s, SAB’s, Defesa Civil, secretarias do município, entre outros), observação *in loco*, mapeamentos e registros fotográficos. Através desse estudo foi possível constatar que a comunidade da Rosa Mística passou por importantes processos que deram origem à atual configuração daquele espaço. Esses processos foram fundamentais não só para o espaço em si, mas principalmente para os moradores, que juntamente com o Estado, se apresentam como principais agentes na reprodução e revalorização desse lugar.

PALAVRAS CHAVE: Comunidade da Rosa Mística, Urbanização, Revalorização.

ABSTRACT

The aim of this study is to analyze the main modifications occurred at Rosa Mística's community, since its origin in 1950th until nowadays. This community is located among three districts in the northern of Campina Grande- PB, it emerged as a precarious area with a lack of infrastructure as well as considered by the municipal management as a slum. Since 1980th, the Rosa Mística or "Buraco da Jia", like was called, has passed for some processes such as: its urbanization which leveraged the valuation of that place in a physical, social and symbolic perspective. Its resignification, limits and possibilities were part of a process that has involved the State and community in a very stigmatized area, which struggles to be perceived as a multiple and singular area. Regarding the methodological procedures were done interviews with residents, community leaders, bibliographic survey and survey data on public entities and institutions (PSF's, SAB's, Civil Defense, among others), *in loco* observation, mapping and photographic registers. Taking everything into account, it must be claimed that the Rosa Mística's community has undergone important processes, which led to the current configuration of that place. These processes were crucial not only for the area itself, but mainly for the residents, who together with the State present themselves as the main agents in the reproduction and recovery of this place.

KEYWORDS: Rosa Mística's community; Urbanization; Revaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Favelas de Campina Grande, PB – Década 1980.....	14
Figura 2	Área de Preservação Permanente (Lei Orgânica Municipal, parágrafo III art. 269º) - Bairro do Louzeiro.....	17
Figura 3	Casas construídas no curso do Canal das Piabas e derrubadas pelas chuvas ocorridas no 1º semestre de 2011.....	19
Figura 4	Santuário Maria da Rosa Mística, capela que deu nome à comunidade da Rosa Mística.....	21
Figura 5	Antigo riacho e atual “Canal das Piabas”.....	23
Figura 6	Rua Severino Verônica.....	25
Figura 7	Delimitação da comunidade da Rosa Mística e os seus principais pontos de referência.....	30
Figura 8	Rua de “transição” Alto Branco-Rosa Mística (Rua Gen. Newton Stilac Leal). Área de Preservação Permanente do Louzeiro, ao fundo.....	31
Figura 9	Poluição na Área de Preservação Permanente do bairro do Louzeiro, Campina Grande.....	32
Figura 10	Rua Francisco Afonso de Albuquerque.....	36
Figura 11	Comércio do circuito inferior, ao fundo. E serviço de moto táxi, primeiro plano.....	37
Figura 12	Na sequência: 1- Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF); 2- Centro de atividades Newton Rique; 3- Base Comunitária Norte.....	37
Figura 13	Rua Franklin Araújo, anos 1960.....	39
Figura 14	Rua Franklin Araújo, atualmente.....	39
Figura 15	Rua Manoel Elias de Castro (parte “nobre” do Alto Branco).....	42
Figura 16	Área de transição, Rosa Mística-Alto Branco (Rua José Batista Chaves).....	43

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 HISTÓRICO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA	14
1.1 O Surgimento da Rosa Mística.....	14
1.2 Origem do termo Buraco da Jia.....	16
1.3 Ocupações irregulares e outros problemas surgidos ao longo do tempo na comunidade da Rosa Mística.....	18
1.4 Mudança da denominação e urbanização da comunidade.....	20
2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA NA ATUALIDADE	28
2.1 Localização e aspectos físicos da comunidade.....	28
2.2 Comércio e serviços públicos e privados da Rosa Mística e/ou proximidades.....	33
2.3 Rosa Mística e Alto Branco: dois espaços, duas realidades.....	40
3 DISCUSSÃO CONCEITUAL ACERCA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS UTILIZADAS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO	48
3.1 Análise da Rosa Mística a partir das categorias geográficas e de áreas afins.....	48
3.2 Preconceitos e estereótipos enfrentados pelos moradores da Rosa Mística..	59
3.3 O “mito” da violência e os estigmas: a Rosa Mística vista de perto.....	66
3.4 Identidade e lugar: noções fundamentais para entender e (re) valorizar um espaço.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS	82

INTRODUÇÃO

A Rosa Mística constitui uma comunidade localizada na Zona Norte da cidade Campina Grande-PB. A referida comunidade surgiu na década de 1950 em meio a três bairros distintos: Conceição, Alto Branco e Louzeiro. No entanto diferencia-se claramente desses bairros, apresentado características físicas, sociais e simbólicas que a distingue do seu entorno. Com o tempo, essa comunidade passou por algumas mudanças, como o processo de urbanização em meados dos anos de 1980, que ocorreu concomitante a outro muito importante para o local: a modificação da sua antiga denominação, Buraco da Jia.

Esse processo histórico de urbanização, a ressignificação do espaço, bem como as demais mudanças, terão suas características, reflexos e perspectiva discutidas neste estudo, o qual busca realizar uma discussão acerca daquela comunidade, destacando os agentes e fatores fundamentais para as modificações ocorridas naquele espaço bem como a sua consequente revalorização e ressignificação, não só do ponto de vista estrutural, mas também no que se refere à relação dos indivíduos com o lugar.

No entanto, percebe-se que mesmo com as mudanças ocorridas nesse cenário urbano de Campina Grande, alguns problemas surgiram, permaneceram e/ou se agravaram no lugar, tais como a violência, a poluição e a falta de serviços públicos. Outro problema a se destacar é o preconceito, que caracteriza aquele espaço como um lugar estigmatizado, devido à pobreza e principalmente à violência que, é importante esclarecer, existem, mas não são predominantes e não podem respaldar tais rótulos. No entanto, pode-se assegurar que as mudanças citadas anteriormente foram fundamentais para a constituição do que hoje é a Rosa Mística.

Como essas modificações ocorreram, como os moradores foram atingidos com essas mudanças, e como se dá a convivência destes moradores com aquele lugar são questões que norteiam essa pesquisa, embasada em importantes teóricos da ciência geográfica, sobretudo da geografia urbana, e de outras áreas afins, como a sociologia. As literaturas utilizadas foram fundamentais para a compreensão da realidade estudada, e esta realidade pode ser analisada à luz dessas leituras, que dão o suporte teórico ao presente estudo.

Ao abordar a Rosa Mística, enquanto construção histórica e, a partir das suas relações dialéticas com os demais espaços, analisar-se-á o tema sob a perspectiva do materialismo histórico dialético, predominantemente. Ainda que em algum momento da pesquisa possamos lançar mão de outras abordagens, como a fenomenologia, a fim de aproximar da forma mais contundente o arcabouço teórico da realidade estudada. Pois como afirma Suertegaray (2005,

p. 38): “As geografias atuais são múltiplas, adotam múltiplos métodos, constroem múltiplas visões/leituras, valorizam as singularidades [...]”. É nesse sentido que essa pesquisa segue, visando aproximar-se e dialogar com o objeto de estudo.

No que se refere aos procedimentos metodológicos foram realizadas entrevistas com moradores e lideranças comunitárias, além de levantamento bibliográfico e levantamento de dados em órgãos e instituições públicas (PSF’s, SAB’s, Defesa Civil, secretarias do município, entre outros) bem como a observação *in loco*, mapeamentos e registros fotográficos.

A pesquisa divide-se, basicamente, em três momentos chave: o primeiro que visa discutir o surgimento da comunidade, por volta dos anos de 1950, e suas consequências imediatas bem como o seu processo de urbanização, que ocorreu em meados da década de 1980; a segunda parte da pesquisa discute a atual configuração daquela comunidade, envolvendo desde aspectos físicos até as relações sociais que se configuram naquele espaço e no seu entorno; e por último delineamos um debate conceitual acerca das principais categorias utilizadas no estudo, bem como uma análise das principais informações obtidas através do trabalho de campo. Por fim, nas considerações finais, far-se-á uma discussão a respeito dos tópicos anteriormente debatidos, visando analisar os processos pelos quais a Rosa Mística passou, bem como mostrar as conquistas e os desafios da comunidade, que se apresenta como um espaço uno e múltiplo na cidade de Campina Grande.

1. HISTÓRICO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA

1.1 O surgimento da Rosa Mística

A Rosa Mística surgiu em meados da década de 1950, inicialmente com o arrendamento e loteamento de uma área, (antes ocupada pela mata subcaducifólia de transição e reservatórios de água), pertencente a uma família que residia nas proximidades do que viria a ser originalmente denominada de favela do “Buraco da Jia” (Figura 01).

Figura 01 – Favelas de Campina Grande, PB – Década 1980.



Fonte: Costa, 2003, adaptado por Caline Mendes de Araújo.

A figura mostra algumas das localidades onde havia favelas em Campina Grande na década de 1980. O Buraco da Jia, mesmo tendo sido inicialmente loteado, encontra-se na figura como um das favelas, talvez porque nessa época as ocupações irregulares já tinham surgido.

Mesmo sem infraestrutura ou com uma estrutura bastante precária, a ocupação da área ocorreu de duas maneiras: inicialmente, através da compra dos lotes aos donos do terreno, e posteriormente, através de ocupações dos terrenos pertencentes à Prefeitura Municipal, que ficavam próximos ao da família citada acima.

O Buraco da Jia começou a ser ocupado com a construção das primeiras casas que se apresentavam em condições de precariedades (sendo construída de madeira, taipa, entre outros) como lembra P.P (morador do local há 61 anos): “Esses terrenos aqui eram tudo vago”. Ele conta também que as condições de habitação dos primeiros moradores do local eram bastante rudimentares, destacando, inclusive, que um dos donos do terreno vendia os lotes a preços muito baixos para a época, o que demonstra que os primeiros moradores eram indivíduos de baixo poder aquisitivo, fato que impossibilitava a aquisição de terrenos em outros locais com melhor infraestrutura.

O espaço que hoje compreende a Rosa Mística passou a ser habitado por famílias oriundas, sobretudo, de outras cidades do interior da Paraíba, como Patos, Esperança, São Sebastião de Lagoa de Roça e Lagoa Seca, bem como de outros bairros da cidade. É importante lembrar que essa ocupação inicial se deu sem intervenção do poder público e de forma pacífica, como afirma o morador P.P: “Não vieram nada, policial, barricada, nada. Eles construíam na carreira, botava tábuas, aí iam fazendo, né? Pouca gente vinha olhar isso aí, aí só era gente marcando ali o pedacinho, construindo”.

As pessoas faziam suas moradias, através da autoconstrução, sem contar com quase nenhum serviço público. Naquele momento, o poder público municipal não interveio com a instalação de infraestrutura e/ou serviços, como também não impediu que as ocupações prosseguissem. Na verdade, este se omitiu, pois mesmo possuindo o direito de morar, as pessoas não usufruíam de direitos básicos como saúde e educação, que tinham que buscar em outros locais, como o centro da cidade e outros bairros a exemplo do Alto Branco.

Durante muito tempo a comunidade não possuía certos serviços como relata A.B (moradora do local há 39 anos): “... aí não tinha canal, era tudo, era lama [...], não tinha ponte, aí em cima não tinha casa, só era mato...”. A declaração da moradora revela como o elemento paisagem é fundamental para que as modificações no espaço sejam percebidas, pois onde

havia essas características citadas por ela, hoje é um espaço construído, habitado e urbanizado.

Por volta de 1985 os terrenos pertencentes à Prefeitura foram ocupados. Pessoas construíram irregularmente casas e barracos nessas áreas, e passaram a usufruir de alguns benefícios que, nessa época, já existiam no local com o início do processo de urbanização da comunidade. Essas ocupações que ocorreram posteriormente representam ainda hoje os locais mais frágeis daquela comunidade, do ponto de vista social e econômico. A afirmação de um líder comunitário retrata bem esse fato: “Tem muita gente passando necessidade dentro da invasão” (J.A).

Esses problemas surgiram e/ou se agravaram, pois juntamente com o passar dos anos, houve o aumento do número de pessoas que passaram a habitar ali, necessitando, portanto, de maior atenção por parte do governo e também da sociedade. Por bastante tempo a população da comunidade como um todo sofreu com certas lacunas, na busca de uma vida digna que incluísse serviços, comércios, infraestrutura, e principalmente atenção da sociedade. Hoje a vida de muitos moradores está melhor, o que não quer dizer que a totalidade seja contemplada.

Ainda hoje (2011) a Rosa Mística é procurada para habitação, pessoas de outros bairros e até outras cidades procuram residências nesse lugar ou nas suas proximidades. Esse fato tem dois motivos principais: o baixo preço dos imóveis (dependendo do tamanho, tipo de materiais e localização da residência) e a proximidade da Rosa Mística com o centro da cidade.

Motivados por essas e outras questões as pessoas ainda procuram a comunidade para morar, o que demonstra que apesar dos problemas verificados, a Rosa Mística possui qualidades ou possibilidades de acolher aquelas pessoas que precisam de moradia e para isso buscam os melhores preços, tendo em vista que nem todos podem pagar por um terreno ou um imóvel, recorrendo a aluguéis, de preferência os mais acessíveis.

1.2 Origem do termo “Buraco da Jia”

A comunidade da Rosa Mística passou a ter esse nome após um processo que envolveu moradores e Igreja Católica, que ocorreu concomitantemente ao seu processo de urbanização. Foi por muito tempo conhecida por “Buraco da Jia” e ainda hoje é chamada assim por moradores do local e de outros bairros.

Assim, torna-se necessária a explicação do porquê dessa antiga denominação. Há várias suposições sobre a origem do termo, dentre as quais a que diz que algumas pessoas da localidade geralmente caçavam, matavam e cozinhavam as jias para vender aos outros moradores. A origem dessa terminologia se deu também porque o local era bastante úmido, devido à existência de matas e reservatórios de água que propiciavam a presença desses anfíbios. Outra explicação para a origem do termo de acordo com Santos (2006, p. 65) seria que “a referida terminologia tem seu fundamentos na forte presença de jias (espécie de rã comestível) nos barreiros da região e existência de uma grande ‘loca’ (gruta pequena), que servia de moradia e esconderijo para as jias”. Complementando esta citação temos a fala de um morador:

Onde é a oficina de Pernambuco (*apelido de um dos moradores*), tinha uma loca de pedra, aí todo inverno [...], juntava a turma gostava de tomar uma cana, aí era onde criava jia, nessa loca. Eles iam e pegavam a jia, era cada jia bonita, gorda, matavam e faziam aquele torrado, e tomando cana, matavam e faziam o tira gosto. (P.P, morador. Grifo nosso).

Analisando o conteúdo exposto acerca do termo “Buraco da Jia”, pode-se afirmar que a origem dessa terminologia se deu em virtude da umidade do local. Tais características ainda hoje podem ser observadas em alguns locais da comunidade, sobretudo na parte onde se localiza o bairro do Louzeiro que, inclusive, por tais características, tornou-se uma Área de Preservação Ambiental. (Figura 02).

Figura 02 – Área de Preservação Permanente (Lei Orgânica Municipal, parágrafo III art. 269º) - Bairro do Louzeiro.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Junho/2011.

Essas explicações, a respeito do termo “Buraco da Jia” dão conta que foram características físicas do ambiente que originaram o primeiro nome daquele espaço, até então

pouco habitado. Quando se passou o tempo, essa terminologia foi, por muitas vezes, respaldo para preconceitos de ordem econômica, social, entre outros.

A discussão a respeito dessa terminologia faz-se necessária, pois esse é assunto que causa curiosidade e até estranheza por parte de algumas pessoas. É importante notar a relevância que a natureza teve para a constituição de uma denominação que posteriormente seria motivo de diferentes tipos de posicionamentos (curiosidade, preconceitos, entre outros.). É fundamental também atentar para a relação intrínseca entre sociedade e natureza, como bem representada nesse caso.

Natureza e sociedade são complementares, por isso é importante que não haja separação desses dois fatores nas análises geográficas. A esse respeito Doreen Massey (2008, p. 200) citando Bárbara Bender, argumenta: “As paisagens se recusam a ser disciplinada. Elas zombam da oposição que criamos entre ciência e natureza [...] e cultura [...]”.

Ao afirmar que as paisagens “zombam” da oposição, a autora explicita que a paisagem, através de seus elementos colabora para a percepção de que não apenas o cultural/social deve ser considerado nas análises espaciais, mas também os aspectos naturais, pois juntos constituem um todo múltiplo, daí a necessidade da visão integrada sobre ambos os aspectos, tendo em vista a sua “inquestionável” interdependência. É notório, portanto, nesse caso que aspectos físicos (umidade, vegetação, entre outros) e sociais (preconceitos, relações, entre outros) são imprescindíveis para o entendimento da dinâmica do antigo Buraco da Jia e atual Rosa Mística.

1.3 Ocupações irregulares e outros problemas surgidos ao longo do tempo na comunidade da Rosa Mística

Além do antigo nome, que foi motivo de preconceitos e rótulos, a Rosa Mística enfrentou alguns problemas durante a sua história, que são importantes destacar nesta pesquisa. Em 1985 o terreno da prefeitura que até aquele momento encontrava-se vazio e foi ocupado. A fala do morador a respeito do processo é esclarecedora:

...quando Enivaldo Ribeiro deixou a prefeitura, deixou essa parte aí comprada, o terreno comprado, não deu tempo ele fazer o centro de bairro, aí o prefeito era Ronaldo, depois Cássio assumiu aí fez essa urbanização e ficou uma parte de terra sobrando, que era pra fazer quadra, fazer campo [...], essas coisas, aí “J. C” (*antigo morador*) na época, aproveitou mais “S” (*antiga moradora*) e ‘vamos invadir isso aí’, aí invadiram e fizeram aquela favela... (P.P, morador. Grifo nosso).

Essa ocupação ganhou notoriedade a partir de questões políticas, ocorrendo em período eleitoral, o que “impossibilitou” a intervenção do governo local, que necessitava dos votos dos que ali se instalavam. A partir dessa ocupação os problemas passaram a aumentar, sobretudo aqueles relacionados à violência.

Além dessa ocupação citada pelo morador, outras ocupações irregulares ocorreram, tais como a que fica no percurso Conceição-Louzeiro. Casas sem infraestrutura foram construídas no curso do atual Canal das Piabas, fato que ainda hoje se apresenta como problema sério, pois quando ocorrem chuvas fortes tais residências são alagadas, causando além de perdas materiais, danos à saúde dos moradores, entre outros transtornos.

Dentre outros problemas enfrentados pela população da Rosa Mística, antes da urbanização, destacam-se tais alagamentos que já ocorriam em quase toda a área quando chovia (e ainda ocorrem em algumas partes da comunidade). (Figura 03); a falta de calçamentos que tornava o deslocamento bastante complicado na época, tendo em vista que meios de transporte como o carro não tinham acesso ao local, e até o deslocamento a pé se tornava difícil, devido à falta de infraestrutura que impossibilitava inclusive a chegada da água no local, levando os moradores a comprar ou ganhar água em bairros próximos, como o Alto Branco.

Figura 03 – Casas construídas no curso do Canal das Piabas e derrubadas pelas chuvas ocorridas no 1º semestre de 2011.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Maio/2011.

Essa imagem torna-se útil para mostrar que um problema de longa data permanece até os dias atuais, mostra como a questão de moradia é séria e como as pessoas se sujeitam (não por vontade própria, espera-se!) a viver em certas condições precárias, arriscando a sua vida e a de seus familiares. Serve também para mostrar como ao longo do tempo os investimentos

por parte das três esferas governamentais foram insuficientes ou inexistentes para atender essas pessoas, que pagam, de uma maneira ou de outra, impostos e não tem o direito de vê-los transformados em soluções para necessidades básicas, como a moradia.

Outros problemas que existiam antes da urbanização eram: a falta de serviços de saúde e educação no interior da comunidade ou nas suas proximidades, que inicialmente eram procurados em outros bairros e no centro da cidade; a questão da violência que também chama atenção, antes “inexistente”, com o passar do tempo teve um considerável aumento, que é atribuído principalmente às ocupações que ocorreram na década de 1980.

Ainda sobre o avanço da violência na comunidade após a ocupação, há relatos de fatos relevantes ocorridos no local, como alguns assassinatos por exemplo. No entanto, esses problemas já tiveram uma considerável regressão a partir da urbanização da área e com a inserção de serviços públicos relacionados à segurança nas proximidades do local. Mesmo esses e outros problemas as pessoas que não tem outra opção buscam meios de se adaptar, pois “De alguma maneira é preciso morar [...]” (RODRIGUES, 2003, p. 11). Assim, percebe-se que não é uma questão de escolha, mas de necessidade.

No entanto, percebe-se que comunidade, localizada entre os bairros anteriormente citados, ganhou ao longo do tempo nova feição, pois o que antes era concebido como favela, “invasão”, espaço de miséria de forma geral, passou a constituir um espaço de vivências, de identidade. É importante, no entanto, esclarecer que, apesar dos avanços, a comunidade ainda padece de sérios problemas (violência, preconceito, poluição, e os demais já destacados.). Para que essas situações possam ser solucionadas, ou ao menos atenuadas, a comunidade carece também de uma atenção séria e comprometida por parte da sociedade e do Estado.

1.4 Mudança da denominação e urbanização da comunidade

No item anterior falamos sobre os problemas enfrentados pela Rosa Mística no seu percurso enquanto espaço social produzido e reproduzido, salientando que apesar de algumas problemáticas aquele espaço obteve certas conquistas, que valem ser analisadas, pois esses acontecimentos contribuíram para constituir a atual configuração e para as relações sociais que podem ser observadas na comunidade.

Dois fatos importantes (acompanhados por suas consequências secundárias), foram fundamentais para o rumo histórico e social que o antigo “Buraco da Jia” iria tomar, são eles: a mudança desta antiga terminologia e o processo de urbanização que contemplou grande parte do local.

A respeito da mudança de nomenclatura da comunidade, pode-se afirmar que foi um avanço bastante louvável. A partir da atuação da Igreja Católica, respaldada principalmente pelo objetivo de diminuir a violência que era crescente na época, foi construída uma capela no local, o “Santuário Maria da Rosa Mística” no final dos anos de 1980, e conseqüentemente houve a modificação do nome da comunidade. Segue um dos depoimentos a respeito dessa modificação:

Quando começou naquele tempo, o negócio de droga, de maconha, essas coisas, naquela época [...]. Aí Frei Canísio e Frei Lauro quando construiu o Santuário Rosa Mística aí ele mudou, até Frei Canísio falando no discurso disse que: “Esse negócio de Buraco da Jia acabou-se, hoje é Santuário Rosa Mística, aqui é o ‘bairro’ Rosa Mística”. (P.P, morador).

Esse fato foi de grande relevância para a constituição da atual nomenclatura da comunidade: Rosa Mística (Figura 04). Como se pode ver, através da fala do morador, a Igreja interveio, sobretudo em função da violência que aumentava progressivamente no local e a pedido dos moradores, os frades do Convento São Francisco ajudaram a erguer a Capela da Rosa Mística, como é mais conhecida, localizada na Rua São Jacinto, uma das primeiras ruas do local, onde ainda residem alguns dos moradores pioneiros e está situada a primeira residência da comunidade de que se tem notícias.

Figura 04 – Santuário Maria da Rosa Mística, capela que deu nome à comunidade da Rosa Mística.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Fevereiro/2010.

O mesmo morador citado afirma: “O pessoal achou bom quando fizeram esse Santuário e tirou esse nome Buraco de Jia”. Nesse caso infere-se que essa capela teve importância fundamental para a modificação da terminologia do local e contribuiu juntamente com o processo de urbanização para a atenuação dos problemas existentes como a violência,

por exemplo, e teve papel relevante também para que a comunidade adquirisse mais dignidade e respeito.

Buscando enfatizar a importância do feito da igreja para a comunidade, a Sra. M.S.S (moradora do local há 32 anos) afirma que após a instalação da capela e a consequente mudança do termo a situação da comunidade mudou: “ali ninguém sabia o que era via pública e o que era casebre e hoje não, hoje tá mais organizado. E os problemas diminuíram, ainda existe alguma coisa, mas é muito diferente do que já foi aquilo ali”.

A instalação da capela contribuiu para que a melhoria das condições de vida da população residente na comunidade pudesse se consolidar, pois ajudou inclusive a minimizar problemas como os preconceitos, valorizando consequentemente aquele espaço, também do ponto de vista simbólico. Pois o que para muitos pode parecer apenas uma modificação qualquer de terminologias, para os moradores daquele lugar significou uma possibilidade de afirmação, (re) conhecimento e respeito daquele lugar, perante os indivíduos e à sociedade de Campina Grande.

Entre meados de 1980 e início dos anos 1990, na gestão do então prefeito Ronaldo Cunha Lima, ocorreu o processo de urbanização da comunidade, e concomitante a ele a referida mudança de denominação. Para dar início às obras, uma parte dos moradores, cujas casas ofereciam risco pela proximidade do riacho¹, foi remanejada para um conjunto habitacional “Conjunto Ronaldo Cunha Lima”, essa mudança se deu, pois,

Sempre no período chuvoso havia aqueles problemas sociais que a gente já conhece, queda de barracos, os açudes sangravam e a água era toda depositada dentro do canal e essa água invadia as casas, que eram barracos mesmo, e devido a essa situação social foi de onde surgiu a necessidade dessa urbanização, que foi feita pelo prefeito que era na época Ronaldo Cunha Lima. [...] Nas margens do canal não existia infraestrutura, as pessoas construíam os barracos praticamente dentro do canal, por isso da invasão das águas no período invernosos [...] primeiro veio a questão da infraestrutura tirando aqueles barracos dali, relocando aquelas pessoas e depois foi feita a pavimentação, água, esgoto... (M.S.S, moradora).

A respeito do processo de deslocamento das famílias para o conjunto habitacional, pode-se afirmar que a ida dos moradores para um lugar próximo é bastante interessante, porque não implicou na perda da identidade nem dos costumes daquelas pessoas, facilitando o processo de adaptação. De acordo com Maricato (2003, p. 85):

¹ Atual Canal das Piabas.

A remoção de famílias situadas em áreas de risco [...] exige novas moradias para onde levar essa população. É importante, e as famílias removidas demandam, que a remoção se dê para lugares próximos, de forma a não interromper as rotinas relacionadas à escola, trabalho, amizades etc.

Foi o caso dos moradores da Rosa Mística transferidos para o conjunto habitacional, a mudança nas suas vidas não se deu de forma brusca, pois se tratava de um lugar próximo, que passou a ser incorporado pelos moradores à atual comunidade da Rosa Mística, o que possibilitou que suas rotinas permanecessem. Uma das moradoras transferidas e que reside até hoje no Conjunto afirma que antes da construção do Conjunto Habitacional tinha gente que “morava dentro da lama...” (F.M.S, moradora do local há 45 anos). A construção do conjunto foi, portanto, uma obra bastante relevante para aquela comunidade, pois retirou pessoas de áreas totalmente vulneráveis do ponto de vista socioambiental.

Outra obra realizada através do processo de urbanização foi a construção do canal onde era o riacho, e que hoje é o início do “Canal das Piabas” (Figura 05). Esse canal apresenta-se como uma obra fundamental para a área, pois problemas relacionados ao escoamento das águas pluviais foram bastante minimizados.

O calçamento de algumas ruas, o fornecimento de água, a coleta de lixo também foram ações importantes para aquela comunidade, que até então encontrava-se em estado de precariedade. Esses fatos atribuíram outra feição à comunidade, por assim dizer. Nesse caso boa parte da comunidade foi beneficiada com o processo de urbanização, que resultou não só nos benefícios já citados, mas também em outros como água tratada, recolhida do lixo das casas, acesso aos meios de transporte e de comunicação, entre outros.

Figura 05 – Antigo riacho e atual “Canal das Piabas”.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Fevereiro/2010.

Através da figura (05) é possível fazer uma análise do que foi a comunidade (pelo que já foi exposto e pelos relatos) e do que ela é hoje. A paisagem nos possibilita visualizar aspectos como os postes de iluminação, calçamento, comércio, residências e o próprio canal, que são características representativas desse processo que não beneficiou a todos, mas que foi bastante útil para muitos daqueles que tiveram acesso a tais melhorias. Relatos como o que segue são ilustrativos para que possamos fazer um comparativo do que era antes e do que é hoje, a moradora (F.M.S) afirma que “Não tínhamos água encanada, não tinha energia, não tinha calçamento, era só terra e lama...”.

A moradora citada anteriormente, que conviveu na comunidade antes do referido processo de urbanização nos traz a exata dimensão de como era a situação vivida, ou seja, seus relatos são bastante importantes para que quem não fez parte daquele momento possa, através da sua noção de paisagem, perceber como já foi tal espaço.

A figura 05 mostra a paisagem da mesma realidade (e local) relatada pela moradora, nos dias atuais. Esses fatos nos permitem fazer um comparativo, sobretudo quando se analisa outros relatos semelhantes de moradores. Mais uma vez é importante que se diga que a paisagem permite uma análise da realidade com o respaldo de se constituir um híbrido entre o ontem e o hoje. O que vemos na imagem é uma versão “atual” do que já foi o espaço descrito pela moradora, é o retrato das modificações pelas quais a Rosa Mística passou e ainda passa.

No que diz respeito ao processo de urbanização, Maricato (2003, p. 83) ressalta que, “A urbanização implica, no mínimo, iluminação, água tratada, esgoto, drenagem, coleta de lixo, circulação viária e de pedestres e eliminação dos riscos de vida”. Na Rosa Mística esse processo significou também melhorias indiretas, tais como a instalação de pontos comerciais e de serviço, acesso a transporte público, entre outros. A comunidade conta hoje com a maioria de suas ruas calçadas, fato que facilitou o acesso de transportes e a coleta de lixo, que também foi outra conquista importante para a comunidade (Figura 06).

Figura 06: Rua Severino Verônica.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Fevereiro/2010.

Além do exposto acima, pode-se afirmar que as moradias, na sua maioria, passaram a contar com melhores condições de infraestrutura ao longo do tempo, embora ainda existam residências precárias, sobretudo nas ocupações que ocorreram durante a década de 80, as chamadas favelas, que segundo Rodrigues (2003, p. 36) “se constitui numa ocupação juridicamente ‘ilegal’ de terras. Terras sem uso, em geral do Poder Público, são ocupadas pelas famílias sem terra e sem teto”.

Essas ocupações irregulares que existem hoje nas proximidades ou interligadas à Rosa Mística são alguns dos maiores problemas enfrentados, uma vez que as condições de moradia são bem preocupantes em alguns casos, o que se difere da parte urbanizada da comunidade. Nessas ocupações irregulares, problemas como lixo, violência, falta de consciência ambiental são bem sérios em algumas áreas.

Diante o exposto pode-se afirmar que as melhorias oriundas do processo de urbanização não foram suficientes para sanar todas as mazelas. Parte da comunidade e seu entorno ainda passam por sérios problemas, que poderiam ser minimizados e até solucionados, se juntamente com a ação dos governos a população colaborasse, fazendo o que é possível, como por exemplo, contribuindo para a diminuição da poluição do Canal das Piabas.

Um aspecto importante nessa análise é que, como a Rosa Mística não possui autonomia administrativa, ou seja, não é um bairro reconhecido pela prefeitura, algumas das

melhorias que lhes foram atribuídas são provenientes dos bairros onde está localizada, ou seja, algumas melhorias destinadas aos bairros da Conceição e do Alto Branco, certas vezes beneficiam a comunidade que está inserida nos territórios desses bairros.

A paisagem da comunidade “denuncia” os avanços obtidos (calçamentos, iluminação pública, instalação de pontos comerciais), mas também “acusa” as deficiências que permanecem na área (lixo, falta de saneamento básico, em algumas áreas, entre outros). Tal paisagem é o resultado de momentos históricos, quando o homem, através do seu trabalho, produziu e reproduziu o espaço. É resultados ainda das ações e/ou omissões governamentais

A organização espacial assim como enfatiza Corrêa (1987, p. 67) é um produto da ação humana ao longo do tempo, que é por isso um reflexo social. O resultado desse trabalho social pode ser percebido através da paisagem. O que se verifica no objeto de estudo dessa pesquisa é que a paisagem, como forma de comprovar a ação humana e seus resultados, mostra como essas intervenções ocorridas com o passar do tempo, contribuíram para a formação do espaço atual. A esse respeito, Santos (1994, p. 66) expõe:

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos.

A paisagem é uma eterna escrita e reescrita da história do homem, é produto e reflexo das necessidades do homem. O que se observa atualmente na comunidade, portanto, através da paisagem, é o resultado da intervenção humana desde a sua origem até os dias de hoje, é um “produto” histórico, e como o autor afirma é “uma herança de momentos diferentes”, pois passou por períodos diversos que foram indispensáveis para a sua formação.

De acordo com Santos (1994, p. 68) “As casas, as ruas, os rios canalizados, o metrô, etc., são resultado do trabalho corporificado em objetos culturais”. Esses objetos são representações materiais do trabalho desenvolvido por diversas gerações. É a paisagem explicando através das cores, das formas, dos sons, o que foi realizado pelo homem durante o tempo, que perdura e também se modifica nos dias atuais, uma vez que as relações e realizações humanas não são inertes, são mutáveis, o que reflete no espaço.

A urbanização e a mudança do nome foram muito importantes para a constituição da comunidade da Rosa Mística. Os moradores que fizeram e fazem parte dessa história são os principais agentes desse espaço, pois desde a origem da comunidade essas pessoas mantêm

com ela relações singulares, que foram/são fundamentais para que aquele espaço pudesse ser modificado.

Buscando concluir essa primeira parte do trabalho, é importante salientar que desde a origem da comunidade, enquanto Buraco da Jia, passando pelo processo de urbanização, a Rosa Mística foi alvo de modificações relevantes em sua estrutura, bem como nas suas relações sociais. O capítulo a seguir faz um apanhado geral sobre a atual configuração daquele lugar, uma vez que o passado histórico da comunidade já foi delineado nesse primeiro momento.

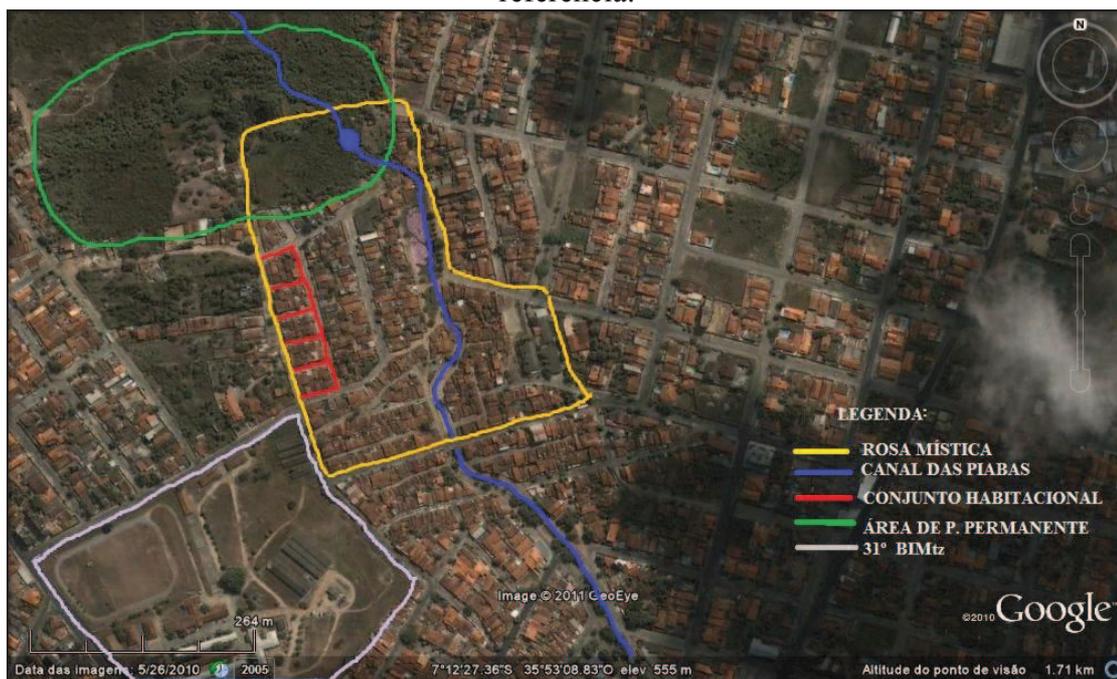
2. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA ROSA MÍSTICA NA ATUALIDADE

2.1. Localização e aspectos físicos da comunidade

A Rosa Mística (antiga localidade “Buraco da Jia”) está localizada na Zona Norte da cidade de Campina Grande-PB. Situa-se, especificamente entre os bairros da Conceição, do Louzeiro e do Alto Branco (Mapa 01).

A comunidade encontra-se próxima do centro da cidade e da saída para o Brejo Paraibano. Como pontos de referências pode-se destacar o alto curso do Canal das Piabas, o Conjunto Habitacional Ronaldo Cunha Lima, a Área de Proteção Permanente (APP) do bairro do Louzeiro e o 31º Batalhão de Infantaria Motorizado (Figura 07).

Figura 07 – Delimitação da comunidade da Rosa Mística e os seus principais pontos de referência.



Fonte: Google Earth (Adaptado por Caline Mendes de Araújo/2011).

O mapa 01 mostra a localização “aproximada” da comunidade da Rosa Mística. Dizemos aproximada, tendo em vista que não há uma carta específica da referida comunidade, com os seus limites “fixos”, devido ao local mencionado não ser um bairro administrativamente reconhecido. Já a figura 07 diz respeito à delimitação da comunidade com seus respectivos pontos de referência, que são fundamentais para a localização da mesma.

Para executar tal delimitação partiu-se da contribuição da autora desta pesquisa, de moradores da comunidade e de outras pessoas de órgãos e instituições representativos (Posto de Saúde, escolas, SAB) da comunidade. Nesse caso solicitou-se aos referidos sujeitos que, de acordo com suas experiências, apontassem quais (para eles) seriam os limites de tal comunidade. Pode ser constatado a partir de tal experiência que a comunidade situa-se entre bairros, e possui características peculiares, mesmo não dispondo de certos atributos que um bairro possui, atributos estes que se referem predominantemente aos aspectos administrativos. Uma breve discussão acerca dos bairros nos quais a Rosa Mística está localizada torna-se

necessária para que o leitor possa compreender e visualizar melhor o contexto no qual se insere esta comunidade.

O Alto Branco (ao qual será reservada uma parte expressiva dessa pesquisa) caracteriza-se, sobretudo, pelo alto poder aquisitivo da maioria dos seus moradores, pela sua localização e aspectos geográficos, como a elevada altitude e a arborização. A Rosa Mística, por ter parte do seu espaço localizada no Alto Branco, conta com algumas ladeiras, características de um relevo mais elevado, como é o caso de grande parte das ruas do Alto Branco (Figura 08). A fotografia é clara ao expor uma ladeira, parte da Rosa Mística, com aspectos semelhantes às ruas do Alto Branco. E ao fundo, apresenta-se a mata localizada no Louzeiro e que atribui outras características físicas à comunidade.

Figura 08 – Rua de “transição” Alto Branco-Rosa Mística (Rua Gen. Newton Estilac Leal). Área de Preservação Permanente do Louzeiro, ao fundo.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Maio/2011.

Já a Conceição caracteriza-se por ser um bairro que fica bastante próximo do centro da cidade, possui considerável número de pontos comerciais, que vão desde pequenos botecos até grandes supermercados, como é o caso do Supermercado Ideal. Este bairro é dividido como diriam alguns dos seus moradores em duas partes “a alta e a baixa”. Nessa parte “alta”, que fica nas proximidades do 31º Batalhão de Infantaria Motorizado estão situadas algumas das melhores residências, do ponto de vista infraestrutural, já na parte “baixa” localiza-se parte da Rosa Mística, que por sua vez apresenta um menor poder aquisitivo. Na visão de Santos (2006, p. 62) “o bairro da Conceição apresenta discrepâncias geográficas, pois é constituída de áreas planas e baixas, e de áreas de morros e altas”.

E o Louzeiro é um bairro relativamente desconhecido, que conta com uma vasta área de vegetação e reservatórios de água, e ainda é pouco habitado, fato que está sendo gradativamente modificado, devido sobretudo às ocupações irregulares que estão surgindo. A respeito da Área de Proteção Permanente localizada naquele bairro, temos:

Na zona urbana de Campina Grande (PB) encontra-se o Sítio Louzeiro, ambiente de reconhecida potencialidade biótica, protegido por Lei Orgânica Municipal, art. 269º como área intocável de preservação permanente do patrimônio histórico documental da fauna e flora da cidade. (SOUZA, *et al.* 2011, p. 93)

Esse trecho mostra os aspectos ambientais daquele espaço do qual a Rosa Mística faz parte, no entanto a mesma pesquisa mostra como se encontram as condições de poluição naquele ambiente, quando Souza et al afirma: “Embora seja amparado por Lei, o Sítio Louzeiro sofre agravos a sua sustentabilidade”. As pessoas jogam lixo, o forte odor e o aspecto visual são representativos da gravidade do problema (Figura 09)

Figura 09 – Poluição na Área de Preservação Permanente do bairro do Louzeiro, Campina Grande.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Setembro, 2010.

A imagem mostra a relação discrepante homem-natureza. A presença do lixo é suficiente para mostrar que a sociedade ainda está muito aquém de agir da forma correta com relação à natureza, que ainda se impõe, em meio aos diversos tipos de agressões e desrespeito.

Essa breve descrição dos bairros e da sua relação (do ponto de vista físico) com Rosa Mística teve por objetivo mostrar que bem como sua multiplicidade social, a comunidade

também possui uma estrutura física bastante dinâmica, o que explica, em partes, algumas diferenças existentes na comunidade.

2.2 Comércios e serviços públicos e privados da Rosa Mística e/ou proximidades

Propomos-nos nesse momento a discutir sobre a presença e/ou ausência de certos serviços de ordem pública, relacionados, sobretudo à educação, saúde, segurança, infraestrutura, lazer, bem como de ordem privada, como os pontos comerciais na Rosa Mística. Feita essa análise será possível ter uma noção geral da participação desses serviços/comércios na configuração socioespacial daquele ambiente.

Os serviços aos quais nos referimos anteriormente são imprescindíveis para uma comunidade como a Rosa Mística, que conta com uma população considerável (aproximadamente 500 famílias) e necessita da prestação de serviços públicos ou privados. No interior da comunidade ou até mesmo nas suas proximidades (áreas dos bairros onde ela se insere), a comunidade tem acesso a alguns desses serviços.

Com o passar do tempo a Rosa Mística conquistou algumas melhorias. Dentre as quais se pode destacar o Programa de Saúde da Família (PSF)/Rosa Mística, que atende aos moradores da área e de bairros vizinhos. O local para a instalação da Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF) Conceição II (nas proximidades da Rosa Mística) foi escolhido, segundo E.A (enfermeira da UBSF): “devido à solicitação da própria comunidade local e pelas condições socioeconômicas das famílias”. Nesse caso pode-se notar a importância da população nessa conquista, uma vez que muitas pessoas foram beneficiadas não só com atendimentos clínicos, mas com a presença dos agentes comunitários de saúde, recebimento de medicamentos, acesso a exames, entre outros.

Embora ainda passe por algumas dificuldades, como a falta de alguns tipos de remédio, dificuldade de marcação com especialistas (neurologista, por exemplo) a UBSF desenvolve um trabalho relevante na comunidade da Rosa Mística. Sobre a relação entre o serviço e a população que reside na área a enfermeira afirma:

A relação que mantemos com a comunidade é de aproximação dos profissionais com esta comunidade, prestando assistência direcionada a cada caso específico, procurando trabalhar conjuntamente com os problemas encontrados.

À opinião da enfermeira juntam-se as dos usuários do serviço, pois os mesmos enfatizam que antes da chegada da UBSF tinham que se deslocar para outros bairros, como o Centro. Fato que demonstra como um só investimento estatal pode modificar e melhorar a qualidade de vida de inúmeras pessoas.

No que se refere à educação, a comunidade não possui escolas em seu “território”, tendo que usufruir das escolas públicas localizadas no bairro do Alto Branco, que são três nas proximidades, além de uma creche de educação infantil, ou das pequenas escolas particulares do bairro da Conceição.

A falta de mais espaços de educação e de lazer dificulta a socialização das crianças e habitantes daquela comunidade. Segundo Guimarães *et al.* (2005, p. 268) “[...] a ausência ou fragilidade de projetos políticos [...] provocam a produção de um espaço urbano profundamente desigual e excludente nas cidades médias”.

A ausência de certos serviços públicos na comunidade demonstra a pouca preocupação do governo, com relação à educação. É certo que as escolas que ficam próximas possam suprir as necessidades das crianças da comunidade, entretanto, isso não impede que novas unidades de ensino sejam instaladas, facilitando a vida da população local, aumentando a qualidade da educação oferecida.

Sobre as oportunidades de lazer, o único espaço que a comunidade dispõe é uma praça, que na verdade localiza-se fora da área da comunidade. Essa praça possui apenas uma quadra de esportes. Tal espaço já passou por algumas reformas e teve algumas melhoras, porém ainda não atende os objetivos de lazer de toda a comunidade, que tem que dividir este espaço com os bairros próximos.

No que se refere à segurança, a comunidade juntamente com toda Zona Norte da cidade de Campina Grande conta com uma Base Comunitária Norte, mantida com ajuda dos moradores da comunidade ou de localidades próximas, que auxiliam na manutenção com materiais de limpeza, alimentação, entre outros.

Esse serviço chegou ao local em 2004, e segundo relatos já colaborou para a diminuição da violência e para a valorização desse lugar. No entanto, percebe-se que a violência ainda é uma questão que inquieta a população, pois realidades como o tráfico de drogas, assaltos e “invasões” às residências ainda consistem em “desafios” para a população. Uma parte específica desse estudo se destinará, posteriormente, a discutir mais amplamente essa temática. Outros serviços que existem no local são a SAB, e o Clube de Mães, que promovem certas atividades esportivas, como capoeira, e também serviços à comunidade como corte de cabelos, entre outros.

A falta ou a ineficácia de certos serviços públicos na comunidade demonstra a desigualdade existente entre ela e algumas parcelas do bairro do Alto Branco, por exemplo, um dos mais valorizados da cidade de Campina Grande, com quem divide espaço.

Além dos aspectos destacados, é fundamental discutir sobre as questões relacionadas à infraestrutura. A maior parte das ruas da comunidade possui calçamento, no entanto, aquelas que não possuem sofrem bastante quando da ocorrência das chuvas. Alagamentos e falta de acesso de automóveis são alguns dos problemas.

A esses fatos juntam-se outros como o problema do Canal das Piabas, que na concepção de muitos moradores é um dos principais problemas daquela comunidade, bem como o problema do lixo. Vejamos algumas opiniões:

1. O problema maior que ainda tá acontecendo até hoje, é justamente a imundície do canal [...] (P.P, morador);
2. O que eu observo? Muito lixo, animais mortos, jogam do sofá ao colchão, guarda roupa, eu vejo armário... (M.S.S, Diretora de uma das Escolas do local);
3. Você vê que o canal raramente você passa ali pra não ter lixo, todo tipo de lixo, objetos que eles não querem mais, eles atiram dentro do canal. [...] (M.S.S, moradora).

As opiniões das pessoas entrevistadas são bastante importantes, pois nos oferece um panorama geral do problema. Em primeiro lugar é importante ressaltar que o problema do lixo é uma questão de serviço público, mas também de consciência popular. Não faz muita diferença se o Poder Público investe na limpeza e melhoria do canal, quando as pessoas que moram ali não colaboram. Além do que já foi exposto, outro problema do canal refere-se a sua continuidade em direção ao Louzeiro, local que mais sofre com as ocorrências de chuvas fortes, pois aquela parte do riacho ainda não foi canalizada, fato que causa inúmeros transtornos à população.

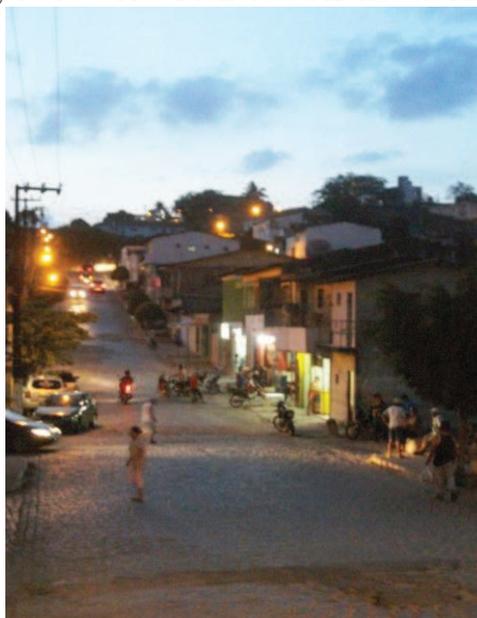
Embora seja em sua maior parte urbanizada, a comunidade apresenta áreas de construção precária e sem infraestrutura, sobretudo nas duas ocupações irregulares situadas no entorno da comunidade, o que contrasta ainda mais com bairros como o do Alto Branco. Este fato também explica de certa forma as desigualdades internas da comunidade. Além de contrastar com outros locais do seu entorno, a comunidade, como todo espaço é múltipla, e possui distinções no que se refere ao poder aquisitivo, ao tipo de moradia, entre outros.

Passando dos serviços de ordem pública para os de ordem privada, pode-se analisar o sistema de transporte que se resume basicamente a uma linha de ônibus e aos serviços de

moto-taxi. A comunidade dispõe de apenas uma linha de ônibus urbano. Outra opção para os moradores é o trabalho de moto-taxistas, que cresceu bastante no local, e que serve de opção para os moradores da Rosa Mística e das proximidades, visto que muitas vezes o sistema de ônibus urbano se apresenta falho e ineficaz.

A Rosa Mística é uma comunidade bastante dinâmica, pode-se notar através dos seus fixos e fluxos (SANTOS, 1994). É um espaço movimentado, sobretudo nos horários de “pico”, quando pedestres e automóveis circulam de forma bastante intensa, principalmente nas ruas menos periféricas, onde passam as linhas de ônibus, e onde as vias de acesso são melhores, como a Rua Francisco Afonso de Albuquerque, que se estende da Conceição, até o Alto Branco e situa-se nas proximidades da comunidade. (Figura 10)

Figura 10 – Rua Francisco Afonso de Albuquerque.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Novembro/2011.

No que se refere aos pontos comerciais, eles são muitos e diversos, incluem-se aqui, aqueles que ficam tanto no interior quanto nas proximidades da Rosa Mística. A fotografia acima mostra, além dos fluxos, como carros, motocicletas, alguns fixos, como pontos comerciais e residências.

A Rosa Mística usufrui de alguns pontos comerciais tais como mercadinhos, padarias, farmácias, lanchonetes, bancas de frutas e verduras, barracas de bombons, bares, salão de cabelereiros, loja de compra de peças e consertos de motos, entre outros. Esses comércios são pertencentes, sobretudo, ao circuito inferior da economia urbana, que para Santos (2004, p. 40) “é constituído essencialmente por formas de fabricação ‘não-capital intensivo’, pelos

serviços não modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão”. As fotografias a seguir mostram alguns dos comércios/serviços dos quais a comunidade da Rosa Mística usufrui. (Figuras 11 e 12).

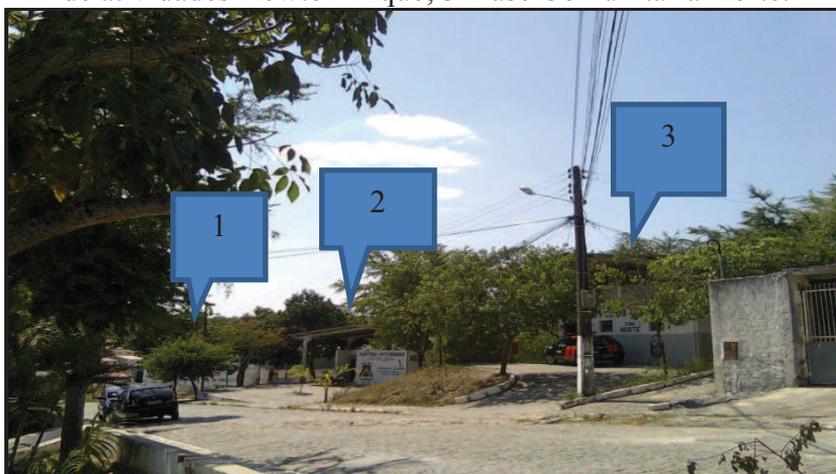
Figura 11 – Comércio do circuito inferior, ao fundo. E serviço de moto táxi, primeiro plano.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Fevereiro/2010.

A figura 11 mostra os serviços de moto táxi bem como a presença de comércios do circuito inferior, que são oferecidos à população local como forma de “evitar” o deslocamento para o centro e para grandes supermercados, no caso das mercadorias. Já os moto taxistas se “beneficiam” das falhas dos ônibus coletivos, como atrasos, não circulação em determinados horários, entre outros, para oferecer às pessoas uma serviço “rápido e eficaz”.

Figura 12 – Na sequência: 1-Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF); 2- Centro de atividades Newton Rique; 3-Base Comunitária Norte.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Outubro/2010

Na imagem 12 pode-se perceber a presença de alguns dos prédios dos serviços de saúde e segurança, localizado na “transição” Rosa Mística-Alto Branco. Mostra ainda o Centro de atividades “Newton Rique”, destinados à algumas atividades comerciais e de serviços privados, como salões de beleza, bares, *lanhouses*, entre outros. Segundo Corrêa (1993, p. 51)

Por toda a cidade ocorrem pequenos agrupamentos de lojas localizadas em esquinas: duas a cinco lojas, como padaria, açougue, quitanda, farmácia, armazém, botequim, que atendem às demandas muito frequente da população que habita nos quarteirões imediatos ao agrupamento. Os comerciantes são moradores do bairro e conhecidos dos fregueses.

Pequenos pontos comerciais, na maioria pertencentes a moradores do local, podem ser visto na comunidade da Rosa Mística, sobretudo nas ruas principais. E estes comércios servem não só à comunidade, mas a todo o seu entorno, por isso é comum ver pessoas do Alto Branco, por exemplo, comprando em alguns desses pontos.

Os pontos comerciais, as residências, os investimentos públicos são fatores que possibilitam-nos perceber que a comunidade vem passando por mudanças ao longo do tempo. Uma moradora relata com detalhes como a comunidade era na década de 1970, quando passou a morar ali. Vejamos:

Eu moro aqui há 39 anos... Eu já conheci antes de ter essas casas toda conheci quando era lama, quando era mato. A gente veio morar aqui no dia 05 de setembro de 1972 [...], aí foi mudando, o povo foi comprando os terrenos, construindo suas casas, foi abrindo avenidas, foram fazendo o calçamento, aí através desse canal foi que eles começaram fazer tubulação, rede de esgoto, colocar água, energia... A gente hoje tem o carro (*ônibus*) graças a Deus que chega na porta, que a gente não tinha...Nem lotação tinha. (A.B, Grifo nosso).

Muitas coisas mudaram, o processo de urbanização se fez presente de forma bastante forte, apesar de não ter trazido benefícios e soluções para todos. Mas a moradora traça uma “linha do tempo” através da sua fala, que nos dá uma ótima dimensão desse processo de modificação daquele lugar. A fim de analisar algumas dessas modificações da Rosa Mística e do seu entorno, para além das constatações verbais, através das imagens. (Figuras 13 e 14).

Figura 13 – Rua Franklin Araújo, anos 1960.



Fonte: Arquivo pessoal do morador. P.P.

Figura 14 – Rua Franklin Araújo, atualmente.



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Outubro, 2010.

Apesar de a primeira foto retratar os homens em primeiro plano na imagem, ela é bastante ilustrativa para essa pesquisa, de forma que mostra como era aquela rua, aquele espaço em décadas passadas. E mesmo não sendo uma imagem na comunidade como um todo, essa foto retrata basicamente quão pouco modificada era essa área.

Já a figura 14, é uma “versão atualizada” da anterior. Através da visualização da paisagem captada nela, é possível identificar inúmeros aspectos que comprovam como a ação do homem modifica o seu meio. A paisagem é a categoria ideal para discutir essas mudanças, pois Santos (1994, p. 68) afirma: “A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É resultado de adições e subtrações sucessivas”. Elementos como automóveis,

postes de energia elétrica, residências, ruas calçadas, que aparecem na figura 14 são ilustrações perfeitas para que se possa perceber como essas mudanças se deram ao longo do tempo, através de somas e subtrações.

É dessa forma que podemos encerrar esse tópico, que teve a pretensão de analisar a comunidade hoje, e nada mais ilustrativo para essa análise do que poder comparar o presente com o passado e constatar visualmente algumas das mudanças mais significativas que ocorreram durante o tempo. O tópico a seguir relaciona a Rosa Mística com o Alto Branco.

2.3 Rosa Mística e Alto Branco: dois espaços, duas realidades

Tendo em vista as múltiplas realidades socioespaciais existentes no espaço, é interessante discutir como se dão as relações existentes entre lugares diversos, com atores diferentes e realidades distintas, embora algumas vezes semelhantes no que concerne a alguns aspectos. A renda e o acesso a recursos e a serviços públicos são fatores que contribuem sobremaneira para a configuração espacial de dado local, além de fatores não materiais, como as relações entre os indivíduos.

A partir de tal constatação busca-se, nesse tópico analisar como essas configurações e relações se apresentam nos espaços do Alto Branco e Rosa Mística, partindo do princípio que “é suficiente observar qualquer cidade para verificar que há grande diferenciação entre as características de moradia” (RODRIGUES, 2003, p. 11), busca-se comparar as realidades da Rosa Mística e do Alto Branco, não só a partir dos tipos de moradias existentes, mas de uma forma geral.

A essas características de moradia as quais a autora se refere, por exemplo, juntam-se outros atributos físicos (ou não) que contribuem de forma significativa para a constituição e funcionamento de determinado espaço. Segundo Corrêa (1987, p. 81):

Em relação às áreas residenciais, há bairros apazíveis e faraônicos, habitados por uma população de alto nível de renda [...] que a par das belas e luxuosas residências, dispõem de uma boa infra-estrutura e serviços adequados[...]. Em oposição a estes bairros, há outros habitados por uma população de baixo nível de renda [...]. Tanto os conjuntos habitacionais como as casas autoconstruídas localizam-se na periferia do espaço urbano, em áreas precariamente dotadas de infra-estrutura e serviços, e de baixo preço da terra.

Os dois espaços analisados encontram-se basicamente nessas circunstâncias, de um lado o Alto Branco, bairro nobre da cidade, onde residem pessoas, na sua maioria, como alto poder aquisitivo, de outro a Rosa Mística, comunidade predominantemente pobre, que apesar de seus avanços ainda possui espaços bastante precários. Esse fato pode ser entendido a partir da afirmação de Corrêa (1993, p. 63):

Os terrenos de maior preço serão utilizados para as melhores residências, atendendo à demanda solvável. Os terrenos como menores preços, pior localizados, serão utilizados na construção de residências inferiores, a serem habitadas pelos que dispõem de menor renda. O como e o onde se fundem, dando origem a áreas que tendem a ser uniformes internamente em termos de renda, padrões culturais, valores, e, sobretudo, em termos dos papéis a serem cumpridos na sociedade pelos seus habitantes.

As palavras do referido autor demonstram como a renda, sobretudo no caso da habitação, influencia a lógica da localização, ou seja, pessoas com maior poder aquisitivo moram em localidade mais favorecidas tanto do ponto de vista social como do infraestrutural. Ao passo que os indivíduos com menor poder aquisitivo tendem a morar em locais menos privilegiados.

Lembrando, no entanto, que apesar de existir exceções, a realidade é bem próxima do que foi exposto por Corrêa, que expõe: “[...] o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual [...]” (1993, p. 08). O autor atribui ao capital a “responsabilidade” por essa desigualdade entre os espaços.

No caso em voga – Alto Branco e Rosa Mística- não é correto, no entanto, afirmar que há homogeneidade nesses lugares, ao contrário é fundamental destacar a multiplicidade de cada um deles, pois possuem características diversas, tanto do ponto de vista aquisitivo como do social e ideológico. Ou seja, além de serem distintos entre si, eles possuem um espaço interno também heterogêneo.

É interessante afirmar ainda que esses dois espaços tem muitas diferenças ao mesmo tempo que possuem algumas semelhanças, abordadas posteriormente. A Rosa Mística e o Alto Branco estão bastante próximos, divididos apenas por algumas ruas fronteiriças.

O Alto Branco é um bairro arborizado, possui um dos microclimas mais amenos entre os bairros de Campina Grande, é pouco movimentado na sua grande parte, o que demonstra entre outras coisas, o pequeno relacionamento que os moradores mantêm entre si (Figura 15).

Figura 15 – Rua Manoel Elias de Castro. (parte “nobre” do Alto Branco).



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Outubro/2010.

É considerado um dos bairros nobres da cidade, conta com uma série de residências de grande porte, prédios, luxuosas mansões, que geralmente são protegidas por grandes portões, grades de proteção e cercas elétricas, em ruas que segundo Costa e Sá (2007, p. 113) “vão se tornando cegas, pois seus moradores nada vêm isolados por muros que escondem suas casas”, demonstrando muitas vezes o medo da violência urbana, que se instala em variados espaços, independente de suas características e demonstrando também o *status* que tal lugar e tais pessoas possuem em relação aos demais, sobretudo os seus “opostos”.

O alto poder aquisitivo de grande parte dos moradores desse bairro torna “desnecessário” a instalação de serviços públicos como escolas, postos de saúde e pontos comerciais em algumas de suas áreas, pois certa parcela do bairro dispõe de recursos para buscar esses tipos de serviços em outros locais como os *Shoppings Centers* da cidade, o centro, outros bairros e até em outros municípios como Recife e João Pessoa.

Esse é um dos motivos pelos quais o bairro se mostra tão “deserto” em sua grande parte, a falta de comércio e serviços. Fato que prejudica aquela parcela de pessoa pertencente às áreas menos (ou bem menos) abastadas do bairro. Outro fator que “determina” a intervenção ou não do Estado no bairro é porque o mesmo já conta, na sua maioria, com uma boa infraestrutura, resultado de alguns investimentos públicos naquele local. Dessa forma o Estado age de acordo com as necessidades daqueles que exercem influência sobre ele, em virtude do seu poder aquisitivo.

Corrêa (1993, p. 19) disserta sobre os investimentos do Estado nessas áreas, lembrando-se do papel que os sujeitos mais abastados possuem em relação ao poder público, vejamos:

Os proprietários de terras bem localizadas, valorizadas por amenidades físicas [...] agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana ou batendo créditos bancários para eles próprios instalarem a infra-estrutura.

A partir do exposto pode-se compreender como o Estado trabalha em função daqueles que tem melhor renda, atuando de acordo com os seus interesses, deixando para depois aqueles que realmente precisam de uma ação estatal, uma vez que os indivíduos não possuem mecanismo (sobretudo financeiro) para pressionar os governos nas diversas esferas.

Ainda segundo Corrêa (1993, p. 26) o Estado “tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder”. Essa afirmação resume de forma bastante clara o exposto do paragrafo anterior.

É imprescindível destacar, nesse momento, que o Alto Branco, como todo espaço, não é homogêneo, ele dispõe de áreas que “fogem” aos padrões da maioria dos seus moradores, ou seja, são aquelas áreas anteriormente destacadas como “fronteiras” (Figura 16).

Figura 16 – Área de transição, Rosa Mística-Alto Branco (Rua José Batista Chaves).



Fonte: Caline Mendes de Araújo. Fevereiro/2010.

Percebe-se essa ruptura espacial e econômica ao observar o tipo de moradia dessas ruas, fluxo de pessoas, presença de pontos comerciais, escolas públicas. Sobre essas áreas que ficam entre os bairros ricos e os populares, Corrêa (1987, p. 81) afirma: “Entre uma área e outra, localizam-se os bairros das diferentes frações da classe média. Caracterizam-se por apresentarem aspectos ora dos populares, ora dos ricos”.

É o caso das ruas que se situam entre o bairro do Alto Branco e a Rosa Mística que contam com casas “populares”, pessoas que circulam, se comunicam, utilizam os mesmos serviços, como posto de saúde, escolas, posto policial, comércio, entre outros. Essa identificação de uma parte das pessoas do Alto Branco com a Rosa Mística retrata um fato interessante, mostra duas realidades distintas do Alto Branco.

A primeira parte é aquela do Alto Branco como um “lugar dos barões” (como classificou uma moradora de uma das “áreas de transição”); e a outra é a do Alto Branco enquanto lugar, que possui relações sociais mais próximas, em que as pessoas se relacionam, interagem, inclusive com moradores de bairros vizinhos, dividido as semelhanças das necessidades coletivas e/ou individuais.

A comunidade da Rosa Mística não tem contato direto com uma parte do Alto Branco, a parte mais abastada por assim dizer, de pessoas enclausuradas, que não mantém relações de convívio, que desfrutam de serviços básicos em outros lugares, onde é possível gastar o que se tem com melhores e mais caros serviços. Ao questionar uma moradora da Rosa Mística sobre essa relação como o Alto Branco, ela afirma que não sabe nada sobre o “lado de lá”, que só sabe do “lado de cá”.

Ou seja, a realidade das pessoas do Alto Branco, mesmo sendo um bairro vizinho, não é de conhecimento da maioria dos moradores da Rosa Mística, que não tem acesso a esse espaço e não sabem o que se passa no bairro ao lado. Quando ela afirma que só sabe de alguma coisa do “lado de cá”, ela quer dizer que sabe sobre a sua realidade, sobre o que ela vive e que o outro bairro é tão próximo geograficamente, mas distante ideologicamente, pois não mantém contato com o vizinho, porém distinto, o que impossibilita a interrelação entre eles.

Outra moradora afirma: “Eu não tenho contato com o Alto Branco não [...], tenho não, de jeito nenhum, eu não tenho contato com o Alto Branco não, é dali do posto pra cá”. (R.P, moradora do local há 60 anos). Nesse caso além de mostrar o distanciamento em relação ao Alto Branco, essa pessoa utiliza um ponto fixo, o posto de saúde (que está localizado em uma dessas áreas de transição das quais vimos falando), para delimitar o seu acesso, onde terminam os seus contatos.

Tem-se nesse caso um exemplo de segregação, que segundo Lefebvre (1983) citado por Sogame (2001, p. 96) afirma: “[...] é resultado de uma estratégia de extrema diferenciação social que conduz a formação de espaços homogêneos, impedindo a comunicação entre as diferenças”. Mesmo tendo em vista as exceções existentes nos lugares é possível notar as disparidades que se fazem presente nos espaços das cidades como um todo, sejam elas

grandes, médias ou pequenas, o que poderá mudar nessas análises é a dimensão do problema a partir da escala adotada.

Para Villaça (2003, p. 33) “Uma vista rápida a essas metrópoles e cidades médias revela ao observador razoavelmente atento a existência de duas cidades, a da minoria da classe média, e a da maioria da classe abaixo da média”. Assim, também é possível, através da análise e conhecimento de tais realidades (Alto Branco e Rosa Mística), perceber que há uma diferenciação que vai desde o acesso a serviços coletivos até o poder de consumo individual dos sujeitos.

Vasconcelos (2004, p. 263) citando J. Rodrigues Vignol (2001, p. 11) afirma existir dois tipos de segregação “(1) em termos sociológicos, significaria a ausência de interação entre grupos sociais; (2) no sentido geográfico, significaria desigualdade da distribuição de grupos sociais no espaço físico”. O que ocorre entre a Rosa Mística e Alto Branco é uma relação de segregação nos dois sentidos expostos, pois mesmo possuindo áreas de transição onde há relação de convivência entre os sujeitos, nota-se a extrema diferença predominante entre o “bairro rico” e a “comunidade pobre”.

As distinções podem ser notadas através dos aspectos físico, que demonstram, através da paisagem, fatores que diferenciam e separam esses dois espaços, como o tipo de residência, arborização, presença de lixo e esgoto, entre outros; e das relações estabelecidas, pois pessoas que são vizinhas não se conhecem, não se falam, e não raro, não se “suportam” (usando como justificativa a violência, por exemplo). Esse fato também contribui para o afastamento das pessoas e para a rarefação do contato entre elas.

Essa realidade pode ser percebida nitidamente, do ponto de vista da segregação geográfica que o autor coloca, quando se observa as duas áreas e veem-se essas disparidades. As suas paisagens são a prova da segregação existente. Sobre esse fato, Carlos (2007, p. 77) afirma: “As contradições sociais emergem, na paisagem, em toda sua plenitude; os contrastes e as desigualdades de renda afloram”.

A Rosa Mística possui casas “populares”, maior fluxo de pessoas, atividades comerciais predominantemente pertencentes ao circuito inferior da economia urbana, presença de poluição e lixo em alguns locais. Já na paisagem do Alto Branco predominam elementos que demonstram a qualidade de vida de grande parte dos seus moradores, tais como as vias de acesso (a maioria das ruas calçadas), rede de esgoto, o tamanho e o tipo de residências, que diferenciam-se bastante da realidade da comunidade Rosa Mística.

Marcelo Lopes de Souza no quarto capítulo do livro “O ABC do Desenvolvimento Urbano” discorre sobre essas disparidades:

Em termos muito gerais, essa diferenciação entre as áreas residenciais de uma cidade- diferenciação, em última análise, em matéria de condições de qualidade de vida, incluindo aí tanto aspectos materiais como coisas imateriais como prestígio e poder – reflete uma diferenciação entre grupos sociais. Em outras palavras: diferenças econômicas, de poder, de *status* etc. (SOUZA, 2008, p. 67).

O autor faz uma avaliação muito pertinente quando observa que não só aspectos materiais, mas também os imateriais contribuem para que essas diferenças se constituam. Não se pretende aqui afirmar que o Alto Branco está totalmente livre de problemas e que a Rosa Mística é um lugar que só possui mazelas. Ao contrário ambos estão sujeitos e possuem dificuldades. No entanto a origem, as consequências e as soluções são distintas, pois se trata de realidades diferentes.

E como afirma Lefebvre (2006, p. 94): “[...] mesmo onde a separação dos grupos sociais não aparece de imediato com uma evidência berrante, surge, ao exame, uma pressão nesse sentido e indícios de segregação”. É o que se pode perceber no caso em voga, em certos espaços o Alto Branco não se distingue tanto da Rosa Mística, mas analisando bem existem espaços de diferenças gritantes.

O que busca-se mostrar é a notória disparidade existente entre essas duas áreas, de um lado uma com alto poder aquisitivo, que conta com o acesso aos serviços básicos e maiores condições de sobrevivência digna e do outro uma área com muitos problemas a serem resolvidos, porém com insuficientes recursos e poucos investimentos públicos.

As condições de acesso a determinados bens e serviços (públicos ou não), são bastante relevantes para o tipo de organização socioespacial que vai se estabelecer em determinados lugares. A esse respeito Souza (1995, p. 90) relata:

O Estado tradicional promotor de segregação residencial (junto com o capital imobiliário, ou tendo este por trás...), ao investir diferencialmente nas áreas residenciais da cidade e estabelecer estímulos e zoneamentos e outras normas de ocupação do espaço que consolidam a segregação, atua, também como agente repressor [...].

A partir da citação acima é possível (re) afirmar a importância do papel Estado na configuração socioespacial urbana. Entretanto se a intervenção do Estado se dá de forma a beneficiar o capital imobiliário em detrimento das camadas mais pobres da população e investindo desigualmente em determinadas áreas, a segregação socioespacial se dará de forma

mais nítida e séria, resultando conseqüentemente em mais problemas, sobretudo os de ordem social. Roberto Lobato Corrêa (1993, p. 66) a respeito da segregação residencial afirma:

A segregação residencial implica necessariamente em separação espacial das diferentes classes sociais fragmentadas. A separação, por sua vez, origina padrões espaciais, ou seja, as áreas sociais que emergem da segregação estão dispostas espacialmente segundo uma certa lógica, e não de modo aleatório.

A citação tem um conteúdo muito sério que complementa o que foi dito anteriormente, o capital e o Estado tem papéis preponderantes na lógica espacial de uma cidade. O dinheiro, as ações dos poderes públicos, as funções de cada indivíduo na sociedade são fatores bastante influentes na lógica da organização do espaço urbano. A análise da relação Rosa Mística-Alto Branco, nesse contexto, nos auxilia a ter uma visão da Rosa Mística de forma mais geral, sem limitá-la ao seu espaço interno, por assim dizer.

Após esta parte da pesquisa, que visou analisar a configuração atual da comunidade da Rosa Mística, partindo dos processos pelos quais este lugar passou e vem passando, será apresentado posteriormente o último momento deste estudo que se preocupa em analisar a Rosa Mística a partir de uma abordagem mais conceitual, parte também das vivências e experiências dos sujeitos que formam esta comunidade, objetivando o maior entendimento do leitor acerca do que é realmente a Rosa Mística para além de um espaço físico.

3. DISCUSSÃO CONCEITUAL ACERCA DAS PRINCIPAIS CATEGORIAS UTILIZADAS E ANÁLISE DA PESQUISA DE CAMPO

3.1 Análise da Rosa Mística a partir das categorias geográficas e de áreas afins

Ao longo desta pesquisa, o objeto de estudo – A Rosa Mística – vem sendo classificado como uma “comunidade”, termo polissêmico uma vez que, de acordo com cada ciência e cada abordagem de análise, pode ser definido de uma maneira diferente. E devido a essa gama de significados, optamos por, nesse momento, trazer para esta discussão a perspectiva adotada para estudo da Rosa Mística.

Recorreu-se para tanto a materiais bibliográficos existente no campo da sociologia, ciência que, por estudar a sociedade (definida aqui a grosso modo) está muito próxima da geografia e, nesse caso, auxilia de forma muito importante a análise que nesse momento busca-se fazer sobre a Rosa Mística. Inicialmente, cabe uma discussão acerca do significado da palavra “comunidade”, principalmente no sentido utilizado nesse estudo. A respeito do termo comunidade, pode ser entendido como:

Uma base territorial, distribuição de homens, instituições e atividades no espaço, um vida em conjunto fundada no parentesco, na interdependência econômica, e uma vida econômica baseada na mútua correspondência de interesses [...] (WIRTH, 1973, p. 83).

Essa citação é imprescindível para embasar o que foi dito anteriormente sobre a proximidade entre as ciências, uma vez que o autor utiliza uma das principais categorias da Geografia, o território, para definir “comunidade”. E a palavra território é bastante ilustrativa quando se fala sobre a Rosa Mística, pois a mesma constitui-se enquanto tal, pois mesmo localizada em meio a três bairros distintos (Alto Branco, Conceição e Louzeiro), possui uma identidade própria, que a territorializa e lhe faz singular entre três espaços administrativamente delimitados.

O conceito de comunidade, também caracteriza o território da Rosa Mística, pelos seus aspectos concernentes à vivência múltiplas, diante desta noção, pode se afirmar que:

Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum chamamos a esse grupo de comunidade. (MACLIVER & PAGE, 1973, p. 122).

Os indivíduos que moram numa comunidade compartilham basicamente das mesmas condições ou de condições semelhantes de vida: a moradia, os serviços de saúde, saneamento, coleta de lixo, violência, poluição, vizinhança, entre outros. Ao longo do tempo essas condições podem ser alteradas (melhoradas ou não), pelos poderes públicos ou mesmo pelos moradores, como foi o caso da Rosa Mística.

Pode-se perceber ainda, que o termo comunidade pode ser aplicado a tal realidade. Nesse contexto Wirth (1973, p. 85) afirma

Os homens vivem numa comunidade em virtude das coisas que têm em comum [...]. Toda comunidade, portanto, tem sempre esses dois aspectos, o de viver-se juntos de um lado e o de participar-se de uma vida em comum, de outro.

É a partir dessa perspectiva que se optou analisar a Rosa Mística enquanto uma comunidade, pois, tendo em vista os dois aspectos colocados pelo autor, é possível identificar naquele espaço tais características.

Dizendo de outra maneira: a Rosa Mística possui o elemento “convivência”, ou seja, os indivíduos compartilham de um mesmo estilo de vida, vivem e/ou moram próximos, partilham experiências, possuem os elementos da “vida em comum”, quando os seus atores participam da mesma maneira, ou de forma semelhante, da vida do local, quando usufruem, por exemplo, dos mesmos comércios e serviços, utilizando os mesmos ônibus urbanos, as escolas, os postos de saúde, entre outros. Participam, assim, ainda que involuntariamente, de uma comunidade.

Nesse momento da discussão poderia surgir uma questão: Não se estaria falando de um bairro ao invés de uma comunidade? Indagação interessante, inclusive, quando se tem em vista que tais características poderiam, sim, se adaptar a noção de bairro. No entanto, o bairro possui um aspecto que a comunidade, no sentido aqui estabelecido, não possui: o caráter de divisão administrativa. Pensando dessa forma um bairro pode ser uma comunidade, mas uma comunidade nem sempre pode ser um bairro.

O debate do termo em foco ganha novos desdobramentos a partir do encontro, por assim dizer, da visão geográfica com a visão sociológica do termo. Dessa maneira, além dos aspectos já mencionados é necessário para se constituir uma comunidade em determinado espaço: “o estar junto e o partilhar das mesmas vivências”.

Temos nos trechos a seguir, outro aspecto que do ponto de vista geográfico é imprescindível à análise espacial: a área. Para Wirth (1973, p. 90) “Um aspecto de toda

comunidade é a sua base territorial”. E segundo Macliver & Page (1973, p. 123): “A comunidade ocupa sempre uma área territorial”.

Diante desse contexto tem-se que a Rosa Mística possui uma área territorial, que não é delimitada pelo governo, administrativamente, mas é um território simbólico, por assim dizer, que faz de tal espaço uma comunidade, sustentada, sobretudo, pelo tripé: vivência – usufruto de serviços comuns – base territorial. É importante ressaltar que cada comunidade, assim como todo espaço, tem suas particularidades e difere em diversos aspectos das demais, como os aspectos espaço-temporais, modos de vida e relações entre os indivíduos, esses são exemplos significativos dessas singularidades.

Além do que já foi discutido, outras perspectivas são importantes na noção de comunidade. De acordo com Wirth (1973, p. 91) “Nas comunidades humanas [...] não só lidamos com espaço e relações de subsistência, como encontramos também essas relações invariavelmente complicadas pelos fatores econômicos, políticos e culturais”. Essa afirmação é verossímil na medida em que analisa a heterogeneidade de um espaço - a comunidade, nesse caso – que, invariavelmente ocupada por pessoas, é *locus* de forte dinamismo.

Pensando, agindo, relacionando-se e somando seus hábitos, costumes e valores com os dos demais seres sociais, o homem torna-se ator do espaço em que vive, modificando-o segundo as suas necessidades financeiras, culturais, sociais. Contribuindo assim, para essa dinâmica que se instala no espaço.

Para Wirth (1973, p. 90) “As bases da comunidade são localidade e sentimento de comunidade”. Optar-se-á por essa frase para finalizar, por hora, a discussão acerca do conceito de comunidade porque ela sintetiza o que já foi debatido anteriormente e dá origem a uma nova discussão, que será realizada *a posteriori*: a relação entre as categorias de território e de lugar com o objeto de estudo.

Concluída a discussão acerca do conceito de comunidade, nota-se a necessidade e a importância do debate da Rosa Mística enquanto território, bem como é de importância ímpar dissertar um pouco acerca da noção de bairro, para que se possa entender a territorialidade exercida pela Rosa Mística em meio a três diferentes bairros da cidade de Campina Grande.

A Conceição, o Louzeiro e o Alto Branco, enquanto bairros têm alguns traços em comum, como por exemplo, localizam-se em Campina Grande, na Zona Norte da cidade, situam-se próximo ao centro dessa área urbana do município. Mas outro ponto em comum entre esses bairros, e que interessa diretamente a esse estudo, é o fato de os três “abrigarem” a comunidade da Rosa Mística, ou seja, parafraseando a matemática: esses bairros contêm a Rosa Mística (Mapa 02).

O mapa mostra a delimitação aproximada Rosa Mística a partir da percepção dos moradores do local. É como já foi colocado um território simbólico que se insere no contexto de outros territórios oficiais (os bairros do Alto Branco, Conceição e Louzeiro).

Estes bairros, como todo e qualquer espaço, apresentam-se singulares e diversos, dessa forma, para entender a o papel da Rosa Mística enquanto lugar e também enquanto território, é fundamental que haja a compreensão do contexto desses bairros (discussão realizada na segunda parte desse estudo).

A Rosa Mística, estando em meio a estes bairros da cidade, adquire, ainda que “indiretamente” aspectos característicos de cada um desses três espaços. E não poderia ser diferente, pois a comunidade constitui-se como um território, um enclave, por assim dizer, truncado entre os bairros destacados.

Dessa forma pode-se afirmar que tais bairros também trazem consigo, em algum momento ou em algum aspecto espacial, características relativas à Rosa Mística, uma vez que a comunidade “está neles” e vice-versa. As relações, os sentimentos, a vivências que se apresentam naquela porção do espaço campinense, naquela comunidade, são em diversas circunstâncias “reflexo” do modo de vida dos bairros do seu entorno, e esses, pelo menos uma parte deles, também são reflexos dessa comunidade.

Assim para que o entendimento das relações existentes na Rosa Mística se torne mais claro, buscar-se-á nesse momento discutir acerca da noção de bairro, que segundo Certeau (2008, p. 39), é o lugar “onde se manifesta um ‘engajamento’ social ou, noutros termos: uma arte de conviver com parceiros (vizinhos, comerciantes) que estão ligados a você pelo fato concreto, mas essencial, da proximidade e da repetição”.

A afirmação do autor acerca do conceito é bastante pertinente, de forma que o mesmo aponta aspectos importantes nas relações de bairro, tais como a questão da convivência e da proximidade. É interessante porque essas características são perceptíveis no cotidiano de um lugar, o bairro nesse caso.

As pessoas convivem de forma que mantém uma proximidade que pode ser percebida e fortalecida a partir da repetição, que se faz necessária quando se trata de um espaço constituído por seres humanos, que necessitam mutuamente uns dos outros, ainda que para algumas tarefas “triviais” como o comércio, por exemplo, citado pelo autor.

Essa convivência não necessariamente se dá de forma positiva, com relações estáticas, por assim dizer, mas constitui-se também de outras formas de relação. A esse respeito Certeau (2008, p. 40) disserta: “[...] o bairro é, quase por definição, um domínio social, pois ele

constitui para o usuário uma parcela conhecida do espaço urbano na qual, positiva ou negativamente, ele se sente reconhecido”.

As pessoas se reconhecem e se relacionam negativa e positivamente, como afirma Certeau, e para elas o bairro é um espaço conhecido porque faz parte da sua vida, dos seus hábitos, tanto que quando o sujeito encontra-se em outro lugar que não “o seu”, ele não se sente familiarizado, a não ser que passe a se relacionar de forma mais próxima com esse ambiente. Então, outro fator importante do bairro é este “sentir-se em casa”.

A respeito do bairro Certeau (2008, p. 41) continua “[...] é o pedaço da cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público”, o que em outras palavras quer dizer que o bairro é a ‘transição’ entre a cidade e a casa. Para Certeau (2008, p. 42) “Trata-se de um dispositivo prático que tem por função garantir uma solução de continuidade entre aquilo que é mais íntimo (o espaço privado da residência) e o que é mais desconhecido (o conjunto da cidade ou mesmo, por extensão, o resto do mundo) [...]”.

Nesse caso o bairro seria o meio termo entre a residência e o mundo, um misto entre o “fora e o dentro”. Onde nem o indivíduo está tão protegido nem tão desprotegido, mas um espaço com o qual mantém uma relação próxima e familiar, que não lhe é estranho, mas um espaço de convivências diversas.

Diante dessa discussão Halley (2009, p. 99) citando Soares afirma que a noção de bairro “se baseia num sentimento coletivo dos habitantes, que têm a consciência de morarem em tal ou qual bairro”. É justamente o que se vem debatendo até aqui, que a familiaridade do morador com o bairro onde vive faz com que o sujeito possua esse sentimento de pertencimento não por esse ou por aquele bairro, mas pelo bairro que mora e conhece.

Mendes *apud* Halley (2009) afirma que “[...] na maioria dos casos, o que a lei reconhece como subdistrito não corresponde ao que a população reconhece como bairro, embora o nome possa ser o mesmo”. Essa observação é demasiadamente importante, pois até o momento os bairros nos quais a Rosa Mística insere-se são vistos a partir da perspectiva administrativa.

Ou seja, são os três bairros delimitados e reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Campina Grande. O que não necessariamente coincide com o que os moradores consideram como bairro, pois estes atribuem mais valores ao espaço que o valor meramente administrativo. Nem sempre a divisão administrativa serve de parâmetro para quem vive em determinado espaço, o que vale mesmo são suas experiências com seus “pares” e com o lugar.

Os bairros, na perspectiva aqui abordada, não possuem fronteiras fixas, que possam distinguir uns dos outros, o que faz essa distinção são as experiências que as pessoas têm com

o espaço por elas ocupado, pois as divisões aproximadas estão apenas no nível conceitual, ficando na prática, bastante difícil estabelecer essas “fronteiras”.

Esse fator contribui sobremaneira para o entendimento do “fenômeno” da Rosa Mística, que estando entre os três bairros possui aspectos peculiares, pois não obedece a uma divisão oficial, mas se consolida a partir de vivências particulares que originam as relações mais singulares dentro desse lugar.

De acordo com Tuan (1983, p. 188) “O bairro administrativo por si só não se constitui como um lugar, mas a afeição criada por esse espaço pode torna-lo tal”. Essa colocação do autor mostra como a afeição e o sentimento de pertencimento são importantes para a definição de um lugar, um bairro, uma comunidade. É neste ponto que fica claro que tanto um bairro como uma comunidade, a exemplo da Rosa Mística, podem ser classificados como um lugar, a partir da relação que se estabelece entre o sujeito e o seu meio.

No que diz respeito ao território, pode-se afirmar que é uma das categorias-chave da geografia, e como tal, auxilia a ciência e explicar alguns “fenômenos” do espaço. Essa categoria apresenta-se com fundamental para o entendimento das dinâmicas que permeiam o espaço da comunidade da Rosa Mística.

Para Souza (1995, p. 78) território “[...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. E em trabalho posterior, o autor afirma: “O poder é uma relação social [...], e o território (a territorialidade) é a expressão espacial disso” (SOUZA, 2009, p. 66).

A partir do exposto, pode-se afirmar que no território há relações entre sujeitos, e tais relações se dão de forma hierárquica, digamos, de maneira que há os que possuem o controle do espaço de um lado, e os que estão subordinados a esse controle, de outro. Ou seja, um ou mais indivíduos possuem um poder em relação aos demais, e tal poder é crucial para “determinar” as relações que irão se estabelecer naquele espaço.

Tem-se como exemplos desses territórios, conforme Souza (1995), o tráfico de drogas e o da prostituição, onde os indivíduos se estabelecem em tais “áreas”, impedindo que “concorrentes” se aproximem e/ou se apoderem de tal território, e caso isto aconteça haverá conflitos entre aqueles que possuem o controle e os demais, que, nesse caso, possam querer adentrar um território que não lhe pertence.

Tais conflitos podem gerar inclusive atos de violência, lembrando que “O poder e a violência se opõem: onde um domina de forma absoluta, o outro está ausente”. (ARENDRT *apud* SOUZA, 1995, p. 81). No caso dos territórios, quando tais indivíduos perdem o poder

destes espaços delimitados, surge a necessidade de agir violentamente, buscando reaver o que era “seu”.

Citou-se o caso das prostitutas e traficantes, mas os exemplos de territórios são inúmeros, pois eles apresentam-se nos mais diferentes contextos. A esse respeito Souza (1995, p. 81) afirma:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas [...]; territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Os territórios podem ir desde nações inteiras até comunidades menores existentes no interior de bairros, como é o caso do objeto desse estudo. Podem ser constituído no decorrer de longos anos, ou mesmo em algumas horas, retomando o exemplo da prostituição, ela exerce uma territorialidade de caráter, geralmente cíclico, apresentando-se, predominantemente, em alguns horários específicos.

Acerca do que se vem comentando sobre território Claval (1999, p. 11) disserta que “Os grupos só existem pelos territórios com os quais se identificam”. As pessoas vivem em grupos, como as comunidades por exemplos, e estas não são apenas o espaço físico, mas também as relações e as vivências desses indivíduos, que se identificam com essa comunidade por todos esses aspectos conjuntamente.

Por exemplo, uma pessoa que mora em determinada comunidade, quando sai aos domingos para passear em outro local, percebem a diferença, pois os objetos do espaço não são os mesmos, os indivíduos e, por conseguinte as relações são diferentes, então não há essa identificação proposta por Claval, enquanto que na sua comunidade, no seu território, se sente “em casa”, pois reconhece e se identifica com as relações, a paisagem, as vivências enfim.

Citando Brunet *et al.*, Claval (1999, p. 11) expõe: “(O território) contribui, em compensação, [...] para fortalecer o sentimento de pertencimento [...]”. Os atores daqueles territórios fazem parte dele, e se sentem como pertencentes a tal espaço delimitado, que por sua vez contrasta com outros, que possuem características diversas, e por isso são reconhecidos como diferentes, estranhos ao sujeito.

A noção de identidade também é imprescindível para o entendimento não só do território, mas também de lugar, categoria analisada *a posteriori*. E tendo em vista que esse conceito propriamente dito, será melhor examinado mais adiante, buscar-se-á neste momento discutir a identidade relacionada ao conceito de território.

Desta maneira tem-se que “Toda identidade implica um territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária”. (COSTA, 2005, p. 85). A identidade que certo lugar possui, como é o caso da comunidade estudada, é também responsável pela sua territorialidade.

A esse respeito o autor continua: “A territorialização se constrói pela presença do grupo que singulariza determinada parte do espaço e suas práticas culturais.” (COSTA, 2005, p. 93). A singularidade e o comportamento dos indivíduos da comunidade são marcas predominantes do seu território, que é diferenciado dos demais por essas particularidades.

Diante dessa discussão a respeito dos aspectos identitários de dado território, Pollice (2010, p. 08) escreve: “[...] se por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e seu espaço vivido”.

Identidade e territórios são, portanto, noções interdependentes, sobretudo quando está em cena o aspecto simbólico deste território. Segundo Pollice (2010, p. 09), “[...] a identidade pode ser [...] interpretada como efeito dos processos de territorialização, enquanto tais processos tendem a acrescer a ‘especificidade do lugar’”. O território é singular, pois conta com uma realidade que lhe é intrínseca, que lhe torna distinto do seu entorno.

Acerca dessa discussão é importante lembrar que a identidade não é estanque e muito menos desprovida de dinamicidade, ao contrário “A identidade não é um fenômeno estático, mas dinâmico, fruto da incessante interação entre uma determinada comunidade e o seu espaço relacional” (POLLICE, 2010, p. 10). O mesmo autor continua: “[...] a identidade é dinâmica, muda no tempo à semelhança de todas as outras componentes territoriais e do território no seu complexo”.

Essa interação da qual o autor comenta, pode se dá de diversas maneiras, de acordo com cada indivíduo, cada espaço. Daí a dinamicidade das relações de cada um desses sujeitos com seu espaço, lembrando que, como afirma o autor, o próprio território é mutável.

Considerando o que foi exposto a respeito do território, pode-se afirmar que a Rosa Mística constitui-se como tal, tendo em vista que possui os elementos necessários para tal classificação, exerce, pois, naquele espaço uma territorialidade, que segundo Sack *apud* Haesbaert (2002, p. 30) é “[...] a tentativa de um indivíduo ou grupo, de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, pela delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”.

Mais que um território de base física, a comunidade da Rosa Mística se apresenta enquanto um território simbólico, pois não possui divisão administrativa ou estatal. Nesse contexto, Haesbaert (2002, p. 149) expõe:

[...] muitos espaços expressam muito mais do que a manifestação concreta [...]. Neles há ‘espaços’, ou, se preferirem, territórios (enquanto espaços concreta e/ou simbolicamente dominados/apropriados) de um caráter particular, espacial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material.

Essa citação expressa bem a realidade da Rosa Mística que é um espaço reconhecido, sobretudo de forma simbólica, pois sem possuir um espaço oficializado (uma vez inserida em três bairros diferentes), se afirma sobretudo como um espaço simbólico. Quem mora ou transita por esse espaço, o reconhece como uma comunidade, principalmente pelo referencial simbólico que possui.

Para ilustrar essa discussão a respeito dos espaços simbólicos Castoriadis *apud* Haesbaert (2002, p. 149) afirma: “O simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, pois pressupõe a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é, de vê-la diferente do que é [...]”. Assim, presume-se que a Rosa Mística é um território simbólico, uma comunidade, mesmo sem possuir espaço oficial e delimitações governamentais próprias, possuindo porém, um simbolismo que lhe é peculiar.

A respeito da importância da superposição ou (ou mesmo interdependência) dos aspectos físicos e simbólicos presentes no território verifica-se que,

Somos levados mais uma vez, a buscar superar a dicotomia material/ideal, o território envolvendo ao mesmo tempo, a dimensão espacial e concreta das relações sociais e o conjunto de representações sobre o espaço ou o ‘imaginário geográfico’, que também move estas relações. (HAESBAERT, 2002, p. 19).

A exposição do autor é bastante clara, ou seja, o território é constituído de mais de uma dimensão, sobre as quais o pesquisado deve se debruçar. No entanto, percebe-se que em algumas análises, o aspecto espacial (físico) é supervalorizado em detrimento dos demais, busca-se, portanto nessa pesquisa, superar essas dicotomias.

Dentro dessa discussão temos que, ao estudar a Rosa Mística, pode-se perceber que além do aspecto físico, o simbólico ou representativo também deve ser levado em

consideração, visando que seu conhecimento é fundamental para o entendimento da dinâmica que se verifica nessa comunidade.

Mais adiante Bonnemaïson e Cambrizy *apud* Haesbaert (2002, p. 22) completa: “O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas material, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”. É importante ressaltar que esses fatores são bastante representativos quando se fala em territórios, pois nestes as pessoas geralmente partilham do mesmo “sentido simbólico”, ou seja, visualizam, sentem, percebem o território de forma semelhante entre si e de forma distinta daqueles que do território não fazem parte.

A Rosa Mística é detentora, enquanto território, de uma interessante dinâmica espacial. É possível percebê-la, portanto, utilizando um termo da geografia física como um enclave territorial, pois exerce importante territorialidade no contexto da Zona Norte de Campina Grande.

Não para concluir essa análise, pois ela é demasiadamente interessante e inconclusa, mas para que se possa avançar nas demais discussões, tem-se, de acordo com Pollice (2010, p. 13) a seguinte observação:

Uma comunidade local, como já se indicou, tende a atribuir um valor simbólico a alguns elementos da paisagem, reconhecendo-os como expressão tangível da própria identidade territorial. A atribuição destes valores simbólicos se funda quase sempre sobre a imagem que a comunidade local (*insiders*) possui de si mesma e da própria especificidade territorial e, [...] por consequência, nem sempre encontra uma correspondência na percepção de *outsiders*. Estes últimos, além do mais, tendem a elaborar representações adaptativas e frequentemente preconcebidas das identidades dos outros.

Essa afirmação reflete de forma bastante contundente a realidade da Rosa Mística, que possui territorialidade e identidade próprias e dinâmicas. Que são partilhadas entre os indivíduos que fazem parte deste espaço. E mesmo que os reflexos desses aspectos do território não estejam sempre baseados apenas numa ligação digamos “romântica” dos sujeitos com seu espaço, esses aspectos demonstram que há uma especificidade territorial na comunidade.

A citação acima aborda a questão de como quem é de fora percebe determinada comunidade, de forma predominantemente distinta da de quem mora ali, o que até certo ponto

é “normal”, analisando que quem é externo ao lugar não o conhece e não o sente/percebe de forma tal como quem (con) vive.

Debatidos nesse tópico os conceitos de comunidade, bairro e território é possível afirmar novamente que a Rosa Mística encontra-se situada entre três bairros e ao mesmo tempo em que se constitui como um território se estabelece como uma comunidade, pois além de possuir uma área “delimitada” por assim dizer possui aspectos relativos a uma comunidade tais como o viver junto, utilizar os mesmos comércios e serviços, entre outros.

Buscando finalizar a discussão, nesse momento, temos a fala de J.A (líder comunitário), a respeito da sua visão sobre a Rosa Mística, quando perguntado sobre sua concepção sobre aquele espaço, ele complementa toda a discussão que se desenvolveu até aqui. O morador afirma:

A Rosa Mística em si eu classifico como uma comunidade, tá entendendo? Agora é uma comunidade que se encontra dentro de uma junção, porque abrange tudo assim, é muito próximo: Conceição, Rosa Mística, Louzeiro [...] Mas a Rosa Mística em si é uma comunidade, comunidade esta que foi fundada como Buraco da Jia.

O morador toma como referência para chamar de comunidade aquele local que antes era o Buraco da Jia, mas que depois das modificações passou a se chamar Rosa Mística. Sua colocação é muito pertinente quando observa que a Rosa Mística não se encontra em um bairro apenas.

Claro que esse conceito de comunidade é o escolhido para o trabalho ora apresentado e que não exclui a possibilidade de discussões futuras a esse respeito, tendo em vista que alguns moradores/representantes de órgãos/instituições discordam deste termo ou ainda não possuem opinião formada a respeito. Mas até o presente momento essa foi a expressão mais adequada para classificar a Rosa Mística.

3.2 Preconceitos e estereótipos enfrentados pelos moradores da Rosa Mística

A Rosa Mística, enquanto espaço constituído por seres humanos, é lugar de problemas e de virtudes. No decorrer desta pesquisa foi possível observar a trajetória desse lugar bem como seus avanços e entraves tanto no que diz respeito a questões materiais como aos aspectos imateriais, simbólicos.

Alguns desses problemas e das virtudes já foram destacados em um ou outro ponto desta análise, e neste momento do estudo discutir-se-á acerca de um problema bastante sério, que acreditamos não ser característica apenas desse espaço, mas de muitos outros, sobretudo, os lugares mais pobres, do ponto de vista econômico. Nesse caso, pode-se afirmar que alguns dos maiores problemas enfrentados por quem mora na comunidade e/ou nas proximidades da Rosa Mística são: o preconceito, os estereótipos e as falsas representações que se formam a respeito de tal espaço.

Para Heller (1992, p. 45) preconceito é “um tipo particular de juízo provisório”. Entendemos que é provisório, sobretudo porque o indivíduo que age de forma preconceituosa, ao menos inicialmente, não teve oportunidade ou interesse de conhecer tal fato/pessoa de maneira mais profunda, a ponto de percebê-la/representá-la de forma autêntica e verossímil.

O autor continua “[...] muitas vezes trata-se apenas de um juízo provisório que consegue se afirmar tão-só até o momento em que o indivíduo se vê confrontado com verdades que ignorava [...]” (HELLER, 1992, p. 49). Sendo assim, é possível que o sujeito possa vir a conhecer essas verdades, o que facilita a possível mudança de opinião a respeito. Essa seria a maneira positiva de findar com esse juízo provisório e adentrar na realidade, visando diminuir certas concepções negativas.

Um exemplo pode ser dado a partir da fala de um comerciante da Rosa Mística, que discorre a respeito dos estereótipos criados sobre a violência na comunidade, por quem não conhece e que posteriormente passa a conhecer a realidade: “Quando eles chegam, acham que é perigoso... pelo povo falar: ‘Buraco da Jia, perigoso’. Mas quando tá aqui é ótimo, não é tão perigoso como o pessoal fala.” (M. V, comerciante no local há 18 anos).

Essa fala do comerciante é bastante representativa do poder que o discurso possui, pois pessoas influenciadas por terceiros passam a estigmatizar um espaço que não conhecem, a Rosa Mística nesse caso. O fato de o comerciante falar que, quando as pessoas chegam à comunidade elas acham ótimo, possibilita inferir que o conviver e o conhecer são imprescindíveis para uma representação mais fiel de um lugar, e que apenas discursos vazios, sem vivência não são suficientes para classificar um local, uma comunidade, um povo.

O fato relatado pelo comerciante é um caso “positivo”, pois as pessoas se permitem analisar mais de perto tal realidade, a ponto de mudar de opinião, reforçando a ideia de que é preciso conhecer para entender um lugar. No entanto, muitas vezes isso não é o que acontece, ao contrário as pessoas não se dão oportunidade de conhecer de fato o que está por trás do que se pensam ou julgam.

Segundo Heller (1992, p. 50): “Todo preconceito dominante ou relativamente generalizado [...] apresenta via de regra um ‘núcleo’ estereotipado [...]”. Ou seja, os estereótipos e o preconceito “andam de mãos dadas”, pois, quando se rotula o que não conhece ou do que se tem um conhecimento superficial, pode-se dar origem ou embasar preconceitos infundados.

É sabido que o termo preconceito é bastante amplo e por sua vez múltiplo de significados, o que impossibilita uma discussão mais aprofundada a respeito do termo, tendo em vista que esse não é o objetivo desse estudo. Diante desse fato é importante destacar que esse tópico da pesquisa se volta, sobretudo, para o preconceito denominado por Albuquerque Júnior (2007, p. 11) de “preconceito contra a origem geográfica e de lugar”, que para ele seria:

aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar [...], considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito [...]

Diante dessa discussão, é possível afirmar que esse tipo de preconceito não é raro, principalmente quando se trata de espaços com menores condições econômicas que os demais (dos poderosos, como afirma o autor), pois os espaços (pessoas) com menor poder aquisitivo nem sempre se enquadram nos moldes considerados “normais” pela parte mais abastada da sociedade, que tende a excluir e estigmatizar pessoas e espaços que se distinguem de tais padronizações.

Até então o debate se deu em torno dos estereótipos existentes no caso da Rosa Mística, cabe nesse contexto analisar em que consiste esse termo. Na concepção de Albuquerque Júnior (2007, p. 19): “O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira, rápida e indiscriminada do grupo estranho; este é dito em poucas palavras, é reduzido a poucas qualidades que são ditas como sendo essenciais”.

Tal caracterização se dá de forma muitas vezes pejorativa, negando um espaço/pessoas. Pois quando um grupo é caracterizado de forma grosseira e rápida é possível deduzir que não há conhecimento profundo a respeito do que se fala, o que comprova quão superficial é a análise que se faz, e como essa superficialidade pode prejudicar a ‘imagem’ de tal lugar/indivíduo.

No caso dos moradores da Rosa Mística, eles são, geralmente, “vítimas” desse tipo de preconceito baseado muitas vezes em discursos estereotipados. Alguns fatores podem explicar (mas não justificar!) esse preconceito contra a comunidade, tais como a antiga denominação – Buraco da Jia, a pobreza (que às vezes é confundida, erroneamente, com miséria), a violência e a existência de ocupações irregulares em suas proximidades. Vejamos o que um dos líderes comunitário (J.A) fala a respeito da imagem negativa que ainda hoje algumas pessoas têm da comunidade

A impressão não é das melhores, porque geralmente quando o pessoal diz lá na Rosa Mística, o antigo Buraco da Jia, ficou aquela imagem. Pra todo mundo não, mas uma boa parte tem cisma, isso é um fato. A impressão não está de acordo com a realidade não, porque nós não temos esse índice de violência aí não, mas não tem mesmo. Não condiz com a imagem que ficou impregnada não. Dentro de uma coletividade tem mais gente de bem do que bandido.

A opinião exposta pelo morador deixa claro que um dos principais fatores para a formação dessa imagem é a violência. Mas sua fala também é bastante válida quando afirma que em uma coletividade existem muitos perfis de pessoas. O que mostra que na Rosa Mística como em qualquer espaço diverso existem indivíduos diversos.

Essas imagens e representações que são elaboradas a partir dos estereótipos, que segundo Albuquerque Júnior (2007, p. 13) “é uma espécie de esboço rápido e negativo do que o outro é”, são formadas partindo da ignorância da realidade do outro. Nesse caso se deixa de contemplar todos os aspectos do lugar, sua dinamicidade, suas contradições, e de forma pejorativa, salienta-se características negativas em detrimento de outras que podem superar as primeiras.

Muitos discursos a respeito da Rosa Mística estão embasadas em estereótipos, quando por exemplo, um indivíduo que não mora na comunidade, e as vezes nem mora tão próximo faz declarações assertivas a respeito desse lugar, sem ao menos se certificar se o que fala tem ou não fundamento. A respeito desse discurso o autor disserta

O discurso da estereotipia é um discurso assertivo, imperativo, repetitivo, caricatural. É uma fala arrogante, de quem se considera superior ou está em posição de hegemonia, uma voz segura e auto-suficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p. 13).

Considerando o que foi exposto, é interessante atentar para o fato que o tipo de discurso descrito acima é carregado de preconceito e desconhecimento sobre a realidade representada. “Caricatural” é a palavra chave para expressar o que se passa quando falsas representações, sobretudo através de discursos, estão em pauta. No caso da Rosa Mística esse aspecto que maquia a realidade é sempre muito perceptível no discurso de algumas pessoas, que morando próximo, distante e/ou às vezes na própria comunidade apresenta um discurso pejorativo a respeito de tal espaço.

É comum ouvir expressões de espanto, de “repúdio” e de falta de conhecimento de algumas pessoas/setores da cidade, quando se fala a respeito da Rosa Mística, antigo Buraco da Jia. Temos um exemplo bem significativo a respeito do debate em pauta, quando perguntado sobre a relação da Rosa Mística com o Alto Branco, o comerciante (M.V) conta um fato interessante, que mesmo com cunho satírico mostra um pouco da realidade aqui discutida, ele relata:

Por uma parte o pessoal do Alto Branco discrimina. Tem muitos deles que vem aqui e ficam mangando dos outros (risos): “Ei tu mora no Buraco da Jia!”. “Não. Moro no Alto Branco.”. “Aqui não é Alto Branco, é Buraco da Jia”. Aí eles ficam discriminando os daqui.

Através do exposto é possível perceber como é o tratamento, por parte de algumas pessoas, com quem mora na Rosa Mística. E ainda que o comerciante tenha demonstrando que tais expressões se deem num contexto de “descontração, brincadeira”, as falas são representativas da visão que se tem do outro.

Então fica claro que quem é do Alto Branco e até de outros bairros (sem, no entanto, generalizar), e tem essa ideia, enfatiza que “ali” não é o Alto Branco, colocando, portanto, esse bairro num patamar superior, “diminuindo” (ou tentando) o valor da Rosa Mística (ou Buraco da Jia), pois há nesse caso uma relação comparativa dos dois espaços; por outro lado percebe-se que aqueles que respondem a tal “brincadeira”, mesmo morando na Rosa Mística ou nas proximidades, sente-se “obrigado” a tentar fortalecer a ideia de morar no Alto Branco, o que pode ser realidade em certos casos, lembrando que parte da Rosa Mística está inserida no referido bairro.

Essa pessoa pode também, mesmo morando na Rosa Mística ou próximo, não gostar ou não querer fazer parte daquele espaço, fato normal, tendo em vista que os espaços e os lugares são múltiplos e nem sempre as pessoas se afeiçoam da mesma maneira por tal ambiente.

Outro fato relevante e que também mostra a ignorância que há em relação à comunidade é que alguns setores da mídia e até governo não conhecem a Rosa Mística, identificando-a como bairro. Temos os exemplos a seguir de algumas matérias (de conteúdos diversos) veiculadas por jornais locais, que se referem à comunidade, vejamos:

1. Uma comemoração antecipada de carnaval acabou em morte *no bairro da Rosa Mística*, em Campina Grande. (Fonte: Jornal O Norte. Grifo nosso).
2. O período de chuvas em Campina Grande deve se prolongar até agosto e nos últimos meses as enchentes já causaram muitos prejuízos para a cidade. A Prefeitura de Campina Grande já está concluindo os projetos que serão encaminhados ao Ministério da Integração Nacional que visam a liberação de recursos para reparar os estragos.[...] Os projetos serão encaminhados até o final deste mês e prevêem a construção de 45 residências para famílias que ficaram prejudicadas pelas chuvas. Os imóveis ficarão localizados *nos bairros de Rosa Mística*, Novo Horizonte, Bairro das Cidades [...] (Fonte: Diário da Borborema. Grifo Nosso).

Esses exemplos são bastante relevantes para a discussão em foco, pois mostram como até a mídia ignora o que de fato é a Rosa Mística, uma vez que a mesma não possui reconhecimento administrativo de um bairro. Esse fato pode levar a seguinte interpretação: se nem a mídia, que se supõe que deva ter um conhecimento razoável sobre o que aborda, o tem! Imaginemos então aqueles indivíduos que não tem nenhum tipo de acesso ou contato com esse lugar.

O que preocupa também é que até o site da própria Prefeitura de Campina Grande veicula textos semelhantes aos anteriores, segue:

Estudantes, professores, pais de alunos e diretores de escolas municipais localizadas nos *bairros da Rosa Mística* e Conceição realizaram na manhã desta sexta-feira, 3, uma caminhada ecológica como forma de conscientizar a população sobre a importância da preservação da natureza. (Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Campina Grande. Grifo nosso)

O próprio site da Prefeitura veicula essas notícias, demonstrando que o suporte jornalístico da mesma possui pouco conhecimento do que fala, e nesse caso é fundamental que haja uma revisão do que lemos e do ouvimos da imprensa e do governo, para que lugares como a Rosa Mística sejam conhecidos tal como são, e não como os criam.

No entanto, há exceções. Por exemplo: em entrevista o atual coordenador da Defesa Civil de Campina Grande, quando perguntado sobre como o órgão classifica a Rosa Mística

(dadas as sugestões “bairro”, “favela”, “comunidade”, entre outros) afirma: “A Defesa Civil, de acordo com a legislação municipal, considera a Rosa Mística como uma comunidade situada na parte sul do bairro do Louzeiro”.

Essa afirmação é bastante pertinente, pois o entrevistado apesar de não ter citado os demais bairros onde a comunidade insere-se, faz uma distinção interessante entre a Rosa Mística e o Louzeiro, pois deixa claro que a primeira é uma comunidade, que está localizada no segundo, que por sua vez é um bairro, esse sim reconhecido administrativamente.

A fala do coordenador demonstra que a Defesa Civil, é um órgão presente e conhecedor de realidade distintas da cidade, entre elas a da Rosa Mística, que tem sua realidade vista de perto por funcionários daquele setor da Prefeitura de Campina Grande. Mais uma vez temos aqui o exemplo de que é necessário conhecer para bem representar.

É importante frisar que o objetivo desta pesquisa não é menosprezar o trabalho de “A” ou “B”, quer seja da mídia ou do governo, mas mostrar que as representações estão presentes desde os discursos de sujeitos “comuns” até discursos midiáticos e governamentais. Nesse caso a mídia e/ou o governo (ou quem o representa) não tem “obrigação” de conhecer determinado espaço e suas particularidades, mas deve ter o respeito de não apresentar qualquer que seja a localidade de forma errônea. Ou seja, eles não são obrigados a conhecer a Rosa Mística, mas também não podem proferir qualquer discurso que não diga respeito a tal realidade.

Os discursos devem ser fundamentados no conhecimento. É interessante que estes discursos possam ser revistos a tempo, para que não haja uma subestimação ou superestimação de um lugar, uma pessoa, um povo em detrimento de outros, através de pequenos “desvios” linguísticos, como nos exemplos citados.

Voltando a falar sobre as representações feitas a respeito de determinados espaço, elas muitas vezes podem dizer respeito à realidade, no entanto existem representações que não condizem, tratando-se de discursos equivocados e ignorantes. Esta última forma de representação: ignorante e preconceituosa é a que a comunidade da Rosa Mística muitas vezes é alvo, pois sem o conhecimento das suas particularidades alguns indivíduos e/ou setores da sociedade a representam de forma estereotipada.

As representações que existem baseadas apenas nos “pontos fracos” do lugar deixam claro que se trata de ignorância por parte daqueles que não (con) vivem e não conhecem o espaço e suas particularidades. A Rosa Mística enquanto lugar é um espaço múltiplo, que agrega várias realidades, não se pode negar que lá existam problemas (o que não deve respaldar preconceitos!), que necessitam ser solucionados, como questões relativas à falta de

emprego, de moradia digna, de infraestrutura, de saneamento e segurança, no entanto, estes fatores não podem dar origem a estigmas que ponham em cheque a dignidade da maioria das pessoas que vivem ali.

Merleau-Ponty *apud* Nogueira (2004, p. 129) afirma “[...] o mundo não é aquilo que eu penso, é aquilo que eu vivo”. A autora continua “Os homens que vivem os lugares tem deles todo um saber que constrói ao longo de suas vidas e que mostra a realidade tal qual ela é”. Essas citações deixam claro que só quem vive o lugar, só quem possui uma experiência com seus pares e com o espaço é que o conhece e pode representá-lo de maneira mais fiel.

O “pensar” sobre tal ou qual espaço não é suficiente para dele saber as especificidades, mas é preciso experimentá-lo ou ao menos conhecê-lo de forma profunda para poder fazer uma representação mais próxima da realidade. Dessa forma, só aquele indivíduo que mora na comunidade, e/ou que convive com seu dia-a-dia e conhece suas particularidades pode representar de maneira mais fidedigna esse espaço.

3.3 O “mito” da violência e os estigmas: a Rosa Mística vista de perto

Nesse tópico busca-se ponderar sobre a real “contribuição” da violência para a constituição dos estereótipos expostos no ponto anterior, bem como discutir até que ponto ela serve de base para preconceitos e rotulações infundadas sobre um lugar. É fato que a violência existe na Rosa Mística, como em tantos (ou quaisquer outros espaços), no entanto ela não pode respaldar falsas representações originadas da ignorância de algumas pessoas e setores da sociedade.

A esse respeito diretora de uma das escolas municipais das proximidades, quando perguntada sobre a violência na comunidade afirma:

Hoje em dia, pra mim todo lugar é perigoso, independente do poder aquisitivo, de morar numa área considerada nobre ou não, todo lugar é perigoso. Agora aqui a gente vê muita gente envolvida com drogas, muitos jovens sendo assassinados, de formas banais, nada acontece, muitas vezes a segurança pública toma conhecimento, mas vai deixando por isso mesmo [...] (M.S.S, diretora)

A ideia coincide com o que essa parte da pesquisa busca mostrar: que a violência está nos lugares independente do poder aquisitivo. E ao mesmo tempo relata uma forma de violência bastante séria que ocorre na comunidade, como também em outros lugares, as

drogas. E por último demonstra como vê a atuação (ou omissão?) do poder público em relação ao fato.

Sendo assim pode-se inferir que violência não está concentrada apenas em um ou outro espaço, mas apresenta-se de forma geral, mudando seus modos de se fazer presente (violência doméstica, contra criança e contra o idoso, violação de direitos pelos políticos, entre outras). De um modo geral,

a violência que atinge as cidades brasileiras deixou de ser um fenômeno localizado e ganhou *status* de problema nacional. Essa situação tem desencadeado na sociedade urbana um sentimento desmesurado de medo, colocando-a em permanente estado de alerta. (QUEIROZ, 2002, p. 98)

Em todos, ou quase todos os lugares, a violência se apresenta de alguma forma, o que é “natural”, uma vez que as relações humanas também possuem aspectos negativos, e a violência e o medo são inerentes ao homem. O que preocupa, no entanto, é a demasia dos casos violentos em algumas localidades e como estes acontecimentos podem prejudicar os indivíduos, mesmo aqueles que não estão diretamente ligados à situação.

A violência, sobre a qual viemos discutindo, vem também dando origem a um tipo de violência silenciosa, digamos, pois as pessoas passam a temer/ser temidas até pelo que “não existe”, ou seja, nos lugares onde não há violência generalizada, por causa de um ou outro caso, as pessoas que vivem ali passam a ser temidas, mesmo não estando diretamente ligadas aos atos violentos.

O que ocorreu na comunidade da Rosa Mística foi que, segundo relatos, a violência na comunidade se agravou quando, no início da década de 1970, pessoas de outros estados chegaram ao local e introduziram o uso e o tráfico de drogas na comunidade.

A partir de então aconteceram fatos de violência que preocuparam e ainda preocupam os moradores: assassinatos, roubos, assaltos, arrombamentos, tráfico de drogas, entre outros. Embora ainda hoje ocorram alguns fatos relacionados à violência, a situação vem nos últimos anos sofrendo certa regressão.

Quando perguntado se considera a Rosa Mística uma ‘área’ violenta, um morador das proximidades avalia:

Não, toda Campina Grande é, entendeu? É em Campina Grande, né só a Rosa Mística não, entendeu? Por exemplo: moro aqui faz 61 anos, graças a Deus todos aqueles que viveram de drogas, essas coisas, me conhecia,

sempre me conheceu, entendeu? Casaram, tiveram filhos, que eu vi filho nascer que hoje vivem drogado, isso tudo, graças a Deus tudo me respeita e eu respeito a todos e o importante é isso. (P.P, morador do local há 61 anos).

A afirmação do senhor P.P, vem mais uma vez complementar a ideia discutida até esse momento, ou seja, quando ele afirma que Campina Grande, e não só a Rosa Mística, é perigosa, retoma o que vínhamos debatendo: que a violência hoje se generaliza. O morador também traz para o foco da discussão um dos principais problemas de hoje, que também é geral e preocupante, e se apresenta na comunidade: o caso das drogas.

Na sua fala ele também destaca que o fato de morar ali o deixa tranquilo, uma vez que mesmo essas pessoas que podem ser consideradas “perigosas, violentas” o respeitam e têm dele o mesmo respeito, demonstrando assim o tipo de relação de vizinhança característica do lugar, relações pautadas no respeito ainda que por pessoas de “estilos de vida” distintos como é o caso dele e dos usuários de drogas do local.

A respeito da diminuição da violência de algum tempo atrás até os dias atuais, alguns acontecimentos contribuíram para essa minimização, como a urbanização da área e a instalação do posto de polícia comunitária. Com a urbanização, a comunidade ficou menos susceptível a ocorrências de delitos, pois algumas das suas ruas foram calçadas e iluminadas.

A instalação da polícia comunitária em 2005 teve importância ímpar, pois, segundo a Polícia Militar, os casos de violência nas proximidades diminuíram em cerca de 60%. A respeito do papel da Polícia comunitária, temos a fala de uma moradora do local:

Depois que essa base comunitária foi aberta aqui no bairro do Alto Branco, na Conceição e Alto Branco, diminuiu, a violência diminuiu, era muito grave a violência daqui antes dessa base comunitária, melhorou, na minha opinião, tem pessoas que dizem que não, mas eu que participei de todo processo de abertura dessa base aí, eu avalio hoje, na minha opinião melhorou. [...] Diminuiu, mas não acabou não. (M.S.S, moradora).

Como dito anteriormente alguns tipos de violência permanecem, mas tiveram considerável redução, pois se tornaram menos frequentes. E, de acordo com alguns moradores, a exemplo da moradora citada, a Base de Polícia Comunitária foi bastante importante nesse processo.

Dentre os casos que preocupam a polícia está o consumo de drogas, sobretudo o craque, que tem como consequência o aumento nos roubos e furtos. Já os maiores receios dos moradores da comunidade são os roubos, assaltos, invasões de domicílio e estupros. Esses são

medos comuns de pessoas que vivem em dado ambiente e se deparam com diversas situações, dentre elas a violência urbana.

Não se pretende aqui tentar minimizar os danos que a violência pode causar aos indivíduos, mas demonstrar que, apesar dos problemas sociais que existem em vários lugares, entre eles a violência, não é necessário que as pessoas tornem-se constantemente vítimas ou reféns do medo. É importante frisar que a relação dos moradores com a comunidade da Rosa Mística não é de um medo constante, que possa prejudicar essa relação, ao contrário, eles desmistificam essa ideia de violência homogeneizada na comunidade, que se apresenta em vários discursos.

Bem como é fundamental ressaltar a violência enquanto mito, ou seja, maximizam a problemática para embasar certos preconceitos. Nesse caso, além da violência ‘material’, há também a violência ideológica que atribui a certos lugares problemas que são gerais e de responsabilidade da sociedade como um todo.

Em entrevista realizada com um policial militar (representante da Base de Polícia Comunitária), o mesmo afirmou que a Rosa Mística é “uma área bastante tranquila onde o medo não impera”. Essa afirmação é bastante significativa e mostra que a própria força policial não concorda com tais representações feitas acerca da comunidade.

É certo que essa ideia poderia está “maquiada”, no entanto, o que se nota é que a comunidade, na sua maioria, compactua da mesma opinião: que a Rosa Mística, apesar da ocorrência de alguns casos, é uma localidade tranquila, onde o medo e a violência não são realidades alarmantes a ponto de subsidiar falsas representações, de modo que a comunidade passe (ou continue) sendo “conhecida” e imaginada de forma superficial e incoerente.

Sobre as falsas representações, que buscam, ainda que de forma implícita, desvalorizar a comunidade da Rosa Mística, forjando uma realidade da qual geralmente não se tem conhecimento, a polícia confirma que esses indivíduos (que não conhecem ou não convivem com a comunidade) tem uma noção equivocada a respeito desse lugar.

Como já explicitado a violência não é realidade peculiar de uma ou outra localidade, ela existe em praticamente todos os lugares e necessita ser combatida. No entanto, no caso da Rosa Mística, a violência torna-se um dos elementos pelos quais a comunidade é representada, de forma muitas vezes “mistificada”.

A esse respeito Santos (1993, p. 112) argumenta: “As condições existentes nesta ou naquela região determinam essa desigualdade no valor de cada pessoa, tais distorções contribuindo para que o homem passe literalmente a valer em função do lugar onde vive”.

Tem-se a ideia, gerada por muitos indivíduos, que a Rosa Mística é “palco” apenas de problemas como a violência, pois é comum ouvir-se comentários a respeito da violência quando alguém fala que reside no local. Supõe-se que a criminalidade é disseminada no cotidiano da comunidade, que a violência e o medo estão constantemente assolando os moradores e quem frequenta o lugar. Na verdade há casos de violência, mas essa realidade não é totalizante, pois a ela somam-se outras especificidades: pessoas trabalham, estudam, compram, vendem, passeiam, relacionam-se, vivem normalmente.

As pessoas muitas vezes se utilizam de estereótipos sobre violência para representar os moradores da comunidade. O medo, como se poderia pensar, não faz parte da vida desses moradores de forma frequente. Eles temem certos acontecimentos, é claro! Mas não estão presos a esse receio, não deixam de viver, não se enclausuram como é o caso de pessoas mais abastadas, que moram geralmente em ruas, que segundo Costa e Sá (2007, p. 113) “vão se tornando cegas, pois seus moradores nada vêem isolados por muros que escondem suas casas”, demonstrando muitas vezes o medo da violência urbana, que se instala em variados espaços, independente de suas características e demonstrando também o *status* que tal lugar e tais pessoas possuem em relação aos demais, sobretudo os seus “opostos”.

A população da Rosa Mística busca na verdade, o apoio das autoridades policiais, investindo na Polícia Comunitária, por exemplo. Contam com esse auxílio dos poderes públicos uma vez que não possuem capital suficiente para investir na segurança individual, pois essa é uma das opções possíveis que encontram para lidar com a sua realidade. Esse fato demonstra que, assim como os demais espaços da cidade, a comunidade também necessita de segurança, mas não pode se tornar refém do medo.

Assim Pedrazzini (2006, p. 157) afirma “A segurança urbana não deve fundar-se em nenhuma forma de discriminação e tampouco excluir qualquer território, bairro ou rua”. Com essa citação o autor deixa claro que todas as pessoas devem ser contempladas com a segurança, independente do lugar onde vive; e que a discriminação é prejudicial ao coletivo, uma vez que certos espaços podem ser contemplados com ações de segurança enquanto outros são desprovidos, tendo em vista que são considerados causadores da insegurança, mesmo quando essa realidade está sendo vista de maneira superficial e equivocada.

De acordo com Pedrazzini (2006, p. 100) “[...] os bairros pobres são estigmatizados e seus habitantes considerados como grupo de bárbaros equipados para atacar o cidadão honesto”. Fato que existe e prejudica os moradores de localidades pobres como é o caso da Rosa Mística, que muitas vezes são rotuladas como perigosas, de forma generalista e ainda

tem como ônus a falta de segurança no interior do espaço onde vivem, que como os demais não está isento de violência.

Voltando à discussão sobre representações, sobretudo aquela que existem baseadas no “mito da violência”, fica claro, portanto, que se trata de ignorância ou estigmatização por parte de pessoas que estão embasadas apenas no “preconceito contra a origem geográfica e de lugar” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007). Nesse caso, as pessoas são significadas a partir do seu lugar de origem e de representações, geralmente carregadas de falsas ideias sobre um espaço estranho, desconhecido. As pessoas são rotuladas a partir de pré-suposições a respeito do seu lugar de procedência, por outros indivíduos que desconhecem, na maioria das vezes, a realidade e as multifaces de um lugar.

A noção de pertencimento dos moradores contribui para a (re) valorização do lugar, porque só quem vive em determinado espaço pode representá-lo de forma a contemplar a sua realidade. O “bem-representar”, portanto, depende basicamente do conhecimento de causa.

Embora na própria comunidade existam pessoas que reforçam esses preconceitos, desvalorizando aquele espaço e enfatizando muitas vezes de modo pejorativo os pontos negativos do seu lugar, grande parte da população reconhece o valor da comunidade, gosta do lugar em que vive e tem boas referências sobre a Rosa Mística, apesar de reconhecer seus problemas e limitações. A percepção de quem reside no local é imprescindível para a minimização de preconceitos, sobretudo a opinião daqueles que acreditam no seu lugar, dão valor ao seu espaço e contribuem para a (re) valorização da comunidade.

A esse respeito, Santos (2009, p. 255) afirma que “Cada lugar é, assim, a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização [...]”. É o que se pode analisar a respeito dessa comunidade, que foi se (re) definindo enquanto espaço social. Nos dias atuais os seus moradores, suas experiências, seu trabalho, sua noção de pertencimento, entre outros, são características que colaboram para que as representações acerca da comunidade possam estar mais próximas da realidade.

Moreira (1994, p. 59) afirma: “Diz o povo que ‘as aparências enganam’. A geografia não pode manter-se neste nível do conhecimento”. E prossegue: “A realidade esconde-se por trás da aparência, sobretudo porque possui forte carga ideológica. Cabe torná-la revelada”.

Essa fala de Moreira tem um efeito bastante significativo na discussão até aqui apresentada, pois mostra que é papel da geografia, analisar o espaço de forma que este exame não fique no plano do superficial, mas que vá além, possibilitando que o que não pode ser visto a “olho nu”, possa também ser contemplado, e mostrando que o que está por trás do visível tem bastante importância quando se busca conhecer e/ou estudar um espaço.

3.4 Identidade e lugar: noções fundamentais para entender e (re) valorizar um espaço

Algumas categorias geográficas já foram utilizadas nesse estudo, buscando analisar a Rosa Mística, e neste momento, outro conceito-chave da geografia, será utilizado objetivando uma melhor compreensão da comunidade enquanto um espaço vivido, de relações múltiplas e próximas: o lugar. Inerente ao conceito de lugar está o de identidade, imprescindível ao entendimento de tal categoria. O conceito de identidade já foi explorado em tópicos anteriores e vai ser analisado nessa parte da pesquisa a partir da sua relação com a categoria de lugar.

Não busca-se, no entanto, estabelecer um debate teórico amplo e muito menos conclusivo a respeito do termo, mas orientar o leitor para o sentido de identidade tratado nesta pesquisa, bem como sua fundamental importância para o entendimento das relações estabelecidas entre o sujeito e o seu lugar.

Por que não se pretende um amplo debate? Primordialmente pela magnitude de acepções que o conceito abarca, e porque como nos orienta Hall (2006, p. 08) “O próprio conceito com o qual estamos lidando, ‘identidade’, é demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea [...]”. Identidade é, portanto, um conceito importante para análises de cunho social, mas não é um conceito fácil e de simples definição. E por sua relevância é que está sendo utilizado nessa pesquisa, que busca aproximar, ao máximo, o leitor, da realidade estudada.

Para Hall (2006, p. 11), partindo da concepção sociológica, a identidade “preenche o espaço entre o ‘interior’ e o ‘exterior’, entre o mundo pessoal e mundo público”. E continua: “A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, ‘sutura’) o sujeito à estrutura”. Considerando a fala do autor, a identidade seria aquilo que liga o sujeito ao meio, ao exterior, e faz com que ele se sinta parte desse meio ao qual está interligado.

É essa identidade que caracteriza a relação do lugar com indivíduo, diferenciando o meio em que o sujeito vive dos demais, pois com cada espaço o indivíduo estabelece uma experiência diferente, ainda que também se identifique com os demais, mas essa identificação se manifestará de maneira distinta, pois as identidades estão cada vez mais se fragmentando e se tornando contraditórias (HALL, 2006, p. 12). Esse fato, pode tornar o sujeito possuidor de até mais de uma identidade, que se apresentam de forma distinta em cada caso.

Retomando as palavras de Claval (1999, p. 13): “A identidade é construída a partir do olhar do outro”. O lugar possui uma identidade, pois se difere dos demais, pode ser visto como único, distinto quando comparado com outros lugares. Considerando esse fato Costa (2005, p. 83) assinala: “[...] a identidade é estabelecida justamente por uma necessidade de

afirmação, seja dos papéis sociais, seja das reais necessidades do ser frente à caracterização de outros seres sociais que circulam e se relacionam”.

Essa afirmação do autor serve para analisar como a identidade está diretamente relacionada à questão do lugar, onde os sujeitos buscam uma afirmação perante outrem, a partir dos mais variados aspectos, definindo as diferenças existentes entre o espaço que lhe é conhecido, o seu lugar, e aquele meio com o qual não mantém relações de proximidade.

Uma vez possuidora de identidade, a comunidade afirma-se como um lugar e como território, como analisado anteriormente. Lugar, pois conta com relações próximas, de convivência e com a noção de ser/pertencer de quem mora ali. E território porque de acordo com Raffestin (1993) *apud* Costa (2005) “a territorialidade teria senso de identidade espacial, senso de exclusividade [...]”, sendo assim a territorialidade da Rosa Mística se dá também por uma identidade que lhe é particular.

Trata-se de uma singularidade espacial, pois como tantos outros, esse lugar é único, e é visto como tal a partir das particularidades que possui. Ou seja, os indivíduos que moram em determinado lugar, possuem uma ligação, uma identificação, a partir das quais criam laços com esse espaço vivido e o distingue de outros com os quais não mantém nenhum vínculo. Acerca do debate, Claval (1999, p. 13), continua:

A identidade aparece como uma construção cultural. Ela responde a uma necessidade existencial profunda, a de responder à questão: ‘quem sou eu?’. Ela o faz selecionando um certo número de elementos que caracteriza: ao mesmo tempo, o indivíduo e o grupo: artefatos, costumes, gêneros de vida, meio, mas também sistemas de relações institucionalizadas, concepções da natureza, do indivíduo e do grupo [...]

Nesse caso, a identidade é primordial para que o indivíduo ou o grupo sinta-se pertencente e participante, não deste ou daquele, mas do “seu lugar”. Por isso a identidade é importante para se compreender a relação do sujeito com o lugar, pois ela aguça, por assim dizer, a familiaridade do sujeito com a sua comunidade, pois a “identidade é conferida pelo meio ou por alguns dos elementos do meio que nós escolhemos”. (CLAVAL, 1999, p. 19).

A identidade pode sofrer modificações, o que é importante para entender a sua dinamicidade. Sobre esta questão Claval (1999, p. 20) relata: “As transformações contemporâneas dos sentimentos de identidade tem repercussões sobre a territorialidade: ela leva a uma reafirmação apoiada nas formas simbólicas de identificação”.

Mudam também, nesse caso, as relações no território, pois o território e o lugar são por natureza, dotados de identidade, ou seja, a familiaridade existente dos indivíduos para com o lugar e vice-versa é resultado da identificação que há entre eles, e se muda essa identificação, muda também a relação indivíduos/lugar.

Para Carlos “[...] lugar e identidade são indissociáveis [...]” (1996, p. 82). Essa fala sintetiza o que foi discutido acerca da noção de identidade e suscita uma nova discussão, a perspectiva do lugar presente na Rosa Mística. Essa comunidade se apresenta com tal, uma vez que possui fatores que são relevantes para a constituição do lugar e um desses fatores é a identidade.

De acordo com Costa “As identidades são construídas e manipuladas constantemente a partir das relações sociais estabelecidas em diferentes grupos com que os indivíduos convivem em seu cotidiano.” (2005, p. 83). Dessa forma a Rosa Mística constitui a sua identidade a partir das ações e relações dos seus indivíduos no dia a dia, essa identidade se dá pela maneira como os sujeitos se relacionam com os demais e com o espaço.

Nesse contexto pode-se afirmar que a Rosa Mística possui o caráter peculiar que lhe confere a condição de lugar, é um espaço de vivências e convivências múltiplas, e tem, para os seus moradores, um sentido peculiar. Lá eles se sentem “acolhidos”, pois estão em um ambiente que lhes é íntimo. A Rosa Mística é um lugar que possui identidade própria, é também um ambiente de contradições e convergências que dão origem a experiências e relações sociais diversas.

A respeito da discussão acerca da categoria de lugar a citação de um trabalho se faz essencial, o livro “Espaço e lugar” Yi-Fu Tuan, que através da sua ampla e densa abordagem do tema, fornece valiosos subsídios teóricos a este estudo, que não pretende explorá-lo de forma abrangente, mas focar os aspectos da obra que mais contribuíram para esta pesquisa, enquanto material bibliográfico, tendo em vista que em termos de experiências teóricas o estudo do autor chinês também foi de uma valia inestimável.

Inicialmente traçando um paralelo entre espaço e lugar Tuan (1983, p. 03) argumenta: “O Lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria”.

É interessante essa afirmação no sentido de ampliar a visão a respeito das duas categorias geográficas citadas. Ter a noção de que elas não são a mesma é imprescindível para o entendimento da discussão que segue. O espaço precede o lugar, este por sua vez advém do espaço. Assim, todo lugar é um espaço, mas nem todo espaço pode ser um lugar.

A esse respeito o autor expõe: “O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e os dotamos de valor”. (TUAN, 1983, p. 07). E continua: “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. (Idem p. 83). O lugar é, pois, dotado de valor, como afirma o escritor, pelos indivíduos que vivem ali, a partir do sentimento de pertencimento e do conhecimento e experiências adquiridas naquele espaço.

Nesse cenário, pode-se constatar que a Rosa Mística foi então, sendo transformada em um lugar, a partir de vivências. Quem vive nesse lugar, quem o conhece, sabe das suas potencialidades e fragilidades, aprendeu a gostar (ou não) dele do jeito que é. Segundo Tuan (1983, p. 151) “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”.

No contexto da Rosa Mística a noção de lugar enquanto experiência prática é bastante nítida de forma que o que antes era apenas “Buraco da Jia”, um espaço extremamente desvalorizado no início da sua existência, hoje é um espaço que, além de área física melhor constituída, apresenta-se como lugar de relações múltiplas, com suas singularidades.

É interessante notar que, entre as pessoas que moram há mais tempo no lugar, o sentimento de pertencimento e de valorização é mais acentuado, o que pode ser explicado a partir da fala de Tuan (1983, p. 171), quando afirma que o “[...] lugar é um arquivo de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente [...]”. A citação do autor casa bem com a narração de uma das moradoras mais antigas da comunidade, sobre sua vida naquele lugar:

O que eu acho de bom aqui? Porque que vivo sossegada, tenho minha família [...], eu tenho meu pão de cada dia, eu durmo meu soninho sossegada mais minha família, sou muito feliz aqui [...]. Fui muito feliz aqui, fui muito feliz e vou terminar muito feliz em nome de Jesus, eu e toda minha família e meus vizinhos, todos meus vizinhos, em nome de Jesus. O que eu acho bom aqui? moro perto da feira, os supermercado tudo aqui, esses vizinho aqui eu considero tudo com uma criatura de muitos anos aqui, de muito tempo aqui, nunca foram mau pra mim, eu nunca fui mau pra eles (R.P).

Essa moradora retrata como ninguém o seu lugar não só de morada, mas de vivências. Cita a família, os vizinhos, e até o fato de sua casa estar próxima de espaços como a feira ou o supermercado como motivo para que ela aprecie esse lugar. Essa pessoa carrega consigo as experiências do ambiente e representa de forma clara e fiel o seu espaço, nos trazendo a exata dimensão do que pra ela é o lugar.

Sua fala está repleta de lembranças, de fatores que lhes são positivos e que são motivos suficientes para que a mesma se sinta pertencente àquele meio, tornando-o algo próximo e bonito, o que fica ainda mais claro quando ela apela para a religiosidade ao demonstrar o quanto gosta dali e o quão é agradecida por poder fazer parte daquele lugar. Para Carlos (1996, p. 29) “o sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indiscutivelmente à produção da vida”.

Enfim a frase “fui e sou muito feliz aqui” utilizada pela moradora é suficiente para sintetizar qualquer análise referente à categoria de lugar, que é um termo bastante dinâmico e possui várias acepções. De acordo com Tuan (1983, p. 179) “O lugar pode ser definido de diversas maneiras”. Segundo Carlos (1996, p. 20), por exemplo, o lugar pode ser definido como: “[...] a base da reprodução da vida e pode ser analisada pela tríade habitante-identidade-lugar.” Assim, pode-se classificar a Rosa Mística como um lugar. Lugar de convivência, de troca de experiências, que com o passar do tempo conquistou identidade, que possui singularidades, e que mantém contato com os demais lugares, pois nenhum lugar é isolado.

Sobre a noção de lugar a autora continua: “é a porção do espaço apropriável para a vida - apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos dos seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua” (CARLOS, 1996, p. 20). Dessa maneira a Rosa Mística pode ser considerada como tal, pois seus moradores se apropriam desse lugar, através dos fluxos, do consumo, da convivência entre os habitantes e do usufruto de equipamentos coletivos ou não. É lugar de coexistência, onde as pessoas interagem entre si, possuem interesses e preocupações semelhantes, é o coletivo que convive em prol (ou não) de seus indivíduos.

Os habitantes da Rosa Mística, através dessa apropriação, passam a manter uma relação mais forte com o seu espaço, eles se sentem mais ligados à comunidade, apreciam suas relações sociais e experiências, valorizando o seu lugar na busca de minimizar os preconceitos dos quais são vítimas. É certo que não se trata de todos os indivíduos, pois cada um tem suas particularidades, mas pode-se afirmar que a maioria almeja benefícios.

Percebe-se que alguns aspectos colaboram para a (re) valorização desse lugar enquanto espaço vivido de múltiplas vivências e relações, como a noção de pertencimento e a identidade construída ao longo do tempo. A respeito do lugar enquanto vivência, Carlos (1996, p.26) discute “O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo como é produzido a existência social dos seres humanos”.

É exatamente esse sentido de lugar que a comunidade da Rosa Mística possui, pois é um espaço de vivências, e ao mesmo tempo é um espaço onde as experiências múltiplas e amplas, incluindo-se aí os aspectos tanto positivos quanto negativos, acontecem, se fazem presentes e distintas de outras realidades, inclusive do seu entorno.

Não se pretende, no entanto, apresentar essa área como um espaço desprovido de problemas sociais, ou seja, tecer uma visão romântica do lugar, pois como disserta Massey (2008, p. 190) “lugares são, portanto, coleções dessas histórias [...], dos não-encontros, das desconexões, das relações não estabelecidas, das exclusões”.

É interessante salientar, como afirma a autora, que um lugar, como um mosaico de realidades é passível de dificuldades e desencontros. A Rosa Mística é um espaço múltiplo, dividido por pessoas diversas. Essa diversidade ajuda a entender que, embora essas pessoas convivam mutuamente, elas podem não compactuar das mesmas ideias, pensamentos e objetivos. De acordo com Massey (2005, p. 203):

[...] o que é especial a respeito do lugar não é algum romantismo de uma identidade coletiva preconcebida [...]. Ao contrário, o que é especial sobre o lugar é, precisamente, esse acabar juntos, o inevitável desafio de negociar um aqui-e-agora [...] e a negociação que deve acontecer dentro e entre ambos, o humano e o não humano”.

A visão romântica “impede” que analisemos as demais faces de um mesmo lugar. As noções de identidade e pertencimento são imprescindíveis para a constituição e o entendimento do lugar, no entanto, esses aspectos sozinhos não são suficientes para uma análise fiel do lugar. Ou seja, um lugar também é constituído de entraves, dificuldades, contradições, não só entre pessoas, mas também do ser humano com seu espaço físico.

O lugar é mais que uma identidade, é também ‘a relação entre os indivíduos e seu meio, os pontos negativos, as virtudes, ou seja, “uma coleção de trajetórias” como afirma Massey. Por isso os lugares são múltiplos e singulares ao mesmo tempo. Múltiplos pela extensa gama de realidades que abarca, e singulares porque sua realidade é única, assim um lugar nunca será igual a outro, são diferentes e particulares devido a sua diversidade de vivências.

Assim é imprescindível, no caso da Rosa Mística, deixar claro que existe a noção de lugar e de pertencimento, mas que também existem as exceções. É essa multiplicidade que atribui o dinamismo que o espaço possui.

Ainda que existam tais realidades variadas na comunidade, predomina o sentimento de afinidade que os moradores mantêm com aquele espaço, ou seja, sua convivência e as relações sociais contribuem para que os sujeitos possam, a partir das suas experiências, do seu contato com o lugar e com as pessoas, corroborar com o processo de (re) valorização.

Relatos de moradores, representantes de órgãos/instituições, comerciantes mostram como essa noção de pertencimento se apresenta, através da relação de afeto entre o morador e a comunidade, o que demonstra de forma clara que os habitantes daquele lugar mantêm uma forte relação com o seu meio. Ao ser perguntado se gosta do lugar onde vive, uma moradora responde que sim e afirma:

Aqui tudo é bom, tudo é fácil, tudo é perto, é um bairro que tem de tudo, porque aqui tem de tudo, se você não quiser ir pra feira, aqui você tem de tudo, porque aqui na Conceição tem farmácia, tem mercadinho, aqui tem de tudo, granja, tem tudo. O povo gosta daqui. Aqui é um setor onde todo mundo quer morar, porque é perto da cidade. Aqui se existir outro lugar igual não presta, vai estragar, porque aqui é muito bom. Eu não tenho vontade de morar em outro lugar nenhum. (A.B, moradora do local há 39 anos).

É notório que vários são os fatores que contribuem para que essa moradora se relacione bem com o lugar: a proximidade da comunidade com o centro da cidade, a fácil mobilidade, o acesso ao comércio e aos serviços. Além disso, na sua fala ela demonstrar que gosta do lugar por outros fatores, a ponto de não se interessar por morar em um local diferente.

A fala a seguir (do líder comunitário J.B) contempla o que foi dito pela moradora. Quando perguntado se, em sua opinião, os moradores do local gostam e se identificam com o lugar onde vive, ele afirma:

Demais, eu te digo por experiência por que ... Eu converso muito com meus amigos ali aos finais de semana e eu escuto de muitos, mas de muitos mesmo: 'poderia me dar uma mansão...que eu não iria, eu gosto daqui, é onde a gente se criou, eu quero ir no centro eu vou a pé, tudo tem o fácil acesso'. O povo daqui gosta daqui.

Assim como a moradora, ele ressalta o fato do local estar próximo do centro. Confirma que as pessoas não querem outro lugar senão o seu, pois quando elas afirmam que não iriam morar nem em uma mansão demonstram que (para eles) o valor mais importante de uma localidade, uma moradia não é o financeiro, mas o das experiências, pois as pessoas se

afeiçoam pelo lugar por causa dos seus pares, pela sua história e pelas relações que há entre o meio e o indivíduo, não apenas pelo preço que vale.

Essa questão tem a ver com a discussão que se desenhou até o momento a respeito da relação indivíduo-lugar. Carlos (1996, p. 72) afirma: “As relações com o lugar são determinadas no cotidiano, para além do convencional”. É o dia a dia que fortalece os sentimentos do indivíduo com seu meio, que “determina” que relações vão se estabelecer dentro e fora de tal comunidade, de acordo com o cotidiano.

A comunidade da Rosa Mística é um espaço onde as pessoas buscam viver e (con) viver de forma digna, procurando enfatizar as suas potencialidades e solucionar ou minimizar os problemas que enfrentam no seu dia a dia. Contribuem assim para que a comunidade seja (re) conhecida da maneira mais positiva, fazendo dos problemas desafios a serem solucionados e das virtudes aspectos a serem contemplados.

Essa última parte da pesquisa, além de se constituir num importante debate teórico acerca do tema, foi fundamental para entendermos como se dão as relações dos indivíduos com o seu lugar e desse lugar com outros, bem como para compreendermos como essas relações influenciam diretamente as modificações e a consequente revalorização que pode ser observada naquele espaço, sem deixar, porém, de identificar alguns dos principais problemas enfrentados pela Rosa Mística na contemporaneidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade da Rosa Mística passou por processos indiscutivelmente importantes ao longo da sua história. Esses processos não foram fundamentais apenas para o avanço da comunidade no seu aspecto físico, mas também deram relevantes contribuições do ponto de vista social e simbólico. Mudou o espaço, mudaram as relações e os sentimentos.

Isso significa que uma área antes precária foi modificada e transformou-se num espaço dotado de condições para uma vivência mais digna. Significa ainda que problemas sociais como presença de doenças por falta de atendimento médico e precariedade na educação foram minimizados através do acesso à educação, saúde, entre outros.

E por fim significa que pessoas, que antes eram alvo de preconceitos por morar naquele lugar, hoje se sentem mais “seguras” em dizer que moram na comunidade da Rosa Mística, fato que permite que esses indivíduos se identifiquem com esse lugar, pois foram também construtores dessa história. A comunidade, localizada entre bairros, ganhou ao longo do tempo, nova feição, pois o que antes era concebido como favela, “invasão”, ou até mesmo como um espaço “inexistente” perante a sociedade de Campina Grande, passou a constituir-se como um espaço singular, de vivências múltiplas.

Cumpre-nos dizer que a comunidade foi realmente (re) significada, pois a urbanização (que trouxe energia elétrica, água encanada, calçamento, rede de esgoto, PSF, instalação de comércios/serviços, Polícia Comunitária, entre outros), e as mudanças referentes à denominação da comunidade, além da afinidade dos moradores com o lugar foram fundamentais para tornar múltiplo e singular um espaço que, localizado em meio a três bairros diferentes, poderia ser apenas “mais um” na configuração urbana de Campina Grande.

É importante, no entanto, esclarecer que, apesar dos avanços, a comunidade ainda padece de sérios problemas (violência, preconceito, poluição, entre outros.). E para que essas situações possam ser solucionadas, ou pelo menos atenuadas, a comunidade carece também de uma atenção séria e comprometida por parte da sociedade e do Estado, em seus três níveis.

As melhorias, porém, foram bastante significativas, pois pode-se constatar que um espaço foi (re) valorizado através das mudanças elencadas, e pode ser visto que ações governamentais e individuais tiveram importância ímpar na experiência de ressignificação de um espaço estigmatizado.

Finalmente a respeito da comunidade nos dias atuais é possível afirmar que a Rosa Mística é única e possui características que são sua marca e constituem parte fundamental do mosaico espacial que se forma na cidade de Campina Grande, o que assemelha esse espaço a

muitos outros do cenário urbano brasileiro e do mundo. Conhecer e compreender realidades como essa constitui um desafio, para que possamos contribuir, enquanto pesquisadores, professores e cidadãos, na formação de espaços e pessoas mais justas.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar**: as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2007.

ALENCAR, Isabela. **Violência // Folia acaba em morte no Rosa Mística**. Campina Grande: 2011. Disponível em <http://www.jornalonorte.com.br/2011/02/07/diaadia10_0.php>. Acesso em 07/07/2011.

ARAÚJO. Tarcísio; RANGEL Márcio. **Chuvvas causam danos e projeto prevê recuperação**. Campina Grande: 2011. Disponível em: <http://www.diariodaborborema.com.br/2011/07/07/cotidiano7_0.php>. Acesso: 07/07/2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2008.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 07-26, 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/16>> Acesso em: 03 abr. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização e Espacial**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **O Espaço Urbano**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional**: a feira de Campina Grande na interface desse processo. Recife, 2003. p. 245. Dissertação (Mestrado em Geografia). Centro de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Federal de Pernambuco.

_____; SÁ, Alcindo José de. Metamorfoses dos Espaços Públicos: o medo que transforma as praças percursos tangenciáveis. In: _____ (Org.). **Por uma Geografia sem cárceres públicos ou privados**. Recife: Os autores, 2007.

COSTA, Benhur Pinós. As relações entre os conceitos de território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. (Org.). **Geografia**: temas sobre cultura e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.

GUIMARÃES, Raul Borges. *et al.* Cidades Médias: Territórios da exclusão. **Revista CIDADES**, Presidente Prudente. Vol.2,n.4, 2005.

HAESBAERT. Rogério. **Territórios alternativos**. Rio de Janeiro: Contexto, 2002.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, et al. **Território, territórios**. Niterói: Lamparina, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALLEY, Bruno Maia. Da encruzilhada a água fria: revisitando o bairro para repensar a identidade do lugar na cidade do Recife – PE. In: MACIEL, Caio Augusto Amorim. **Entre a geografia e a geosofia: abordagens culturais do espaço**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

MACLIVER, R. M; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

MARICATO, Ermínia Maria. Conhecer para resolver a cidade ilegal. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

NOGUEIRA, Amélia R.B. Mapa Mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, Nídia Nascib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografia em Perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Petrópolis: Vozes, 2006.

PMCG. Disponível em <www.campinagrande.pb.gov.br>. Acesso em: 07/07/2011.

POLLICE, Fabio. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 07-23, jan/jun. 2010.

QUEIROZ, Ivan da Silva. A Cidade Sitiada: da violência consentida ao medo com sentido. In: PONTUSCHKA, Nídia Nascib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Orgs.). **Geografia em Perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

_____. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SANTOS, Maria Aparecida Nunes dos. **Concepções de envelhecimento entre usuários e profissionais do Programa de Saúde da Família na comunidade da Rosa Mística: um estudo de caso**. 2006. 155f. Monografia (Trabalho Acadêmico Orientado-TAO)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. et al (Org). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **ABC do Desenvolvimento urbano**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SOUZA, Veneziano Guedes de. et al. Impactos Antrópicos e Integridade Ecológica no Sítio Louzeiro, Campina Grande (PB). **Revista de Biologia e Farmácia**, Campina Grande. – Vol. 05, n. 01, 2011.

SOGAME, Maurício. Rudimentos para o exame da urbanização em sua fase crítica: uma aproximação ao conceito de segregação socioespacial. **Geografares**, Vitória, n.2, p. 95-102, jun. 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Cadernos geográficos 12: notas sobre epistemologia da geografia**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. **Revista CIDADES**, Presidente Prudente. Vol.1, n.2, 2004.

VILLAÇA, Flávio. A recente urbanização brasileira. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (org.). **Urbanização Brasileira: novas descobertas**. Belo Horizonte: C/arte, 2003.

WIRTH, Louis. Delineamento problemas da comunidade. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.